

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas**

**Dimas Tadeu de Souza Castro**

**SOCIEDADE CIVIL MISTA COMO GESTORA DE POLÍTICAS SOCIAIS: o caso do  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**

**Diamantina**

**2020**

**Dimas Tadeu de Souza Castro**

**SOCIEDADE CIVIL MISTA COMO GESTORA DE POLÍTICAS SOCIAIS: o caso do  
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**

Proposta de curso apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na modalidade de produção técnica, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof Dr Davidson Afonso de Ramos

**Diamantina**

**2020**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C355c

Castro, Dimas Tadeu de Souza

Sociedade civil mista como gestora de políticas sociais: o caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA / Daniela Souza Siqueira, 2020.  
106 p. il.

Orientador: Davidson Afonso de Ramos

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2020.

1. Criança. 2. Adolescente. 3. Participação política. 4. Conselho municipal. 5. Políticas sociais. 6. Sistema de garantias. I. Ramos, Davidson Afonso de. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 361.61**

Ficha Catalográfica – Sistema de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecária: Viviane Pedrosa – CRB6/2641



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**

**FOLHA DE ROSTO**

DIMAS TADEU DE SOUZA CASTRO

**Sociedade Civil Mista como Gestora de Políticas Sociais: O caso do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA**

Dissertação apresentada ao MESTRADO EM CIÊNCIAS HUMANAS, nível de MESTRADO como parte dos requisitos para obtenção do título de MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS.

Data da aprovação : 17/04/2020

Orientador (a): Prof. Dr. Davidson Afonso De Ramos

Prof.Dr.ª ADRIANA GOMES DE PAIVA - UFVJM  
Prof.Dr. DAVIDSON AFONSO DE RAMOS - UFVJM  
Prof. CLÁUDIO MARINHO - UFVJM  
DIAMANTINA



Documento assinado eletronicamente por **Davidson Afonso de Ramos, Servidor**, em 14/07/2020, às 14:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Gomes de Paiva, Servidor**, em 14/07/2020, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cláudio Marinho, Servidor**, em 14/07/2020, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0130112** e o código CRC **DC74F0F6**.

*Dedico esse trabalho a todas as pessoas que apoiaram e confiaram em mais um sonho de contribuir com a plenitude da busca dos direitos da criança e do adolescente. Foram tempos complicados, de muita luta e desafios, mas hoje o olhar é de alegria por ter superado os obstáculos e concluído mais essa etapa.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela oportunidade de a cada dia acordar com vontade de fazer mais e mais pelas nossas crianças e adolescentes, apenas peço a Deus que esse mestrado profissionalizante que teve todo o intuito de contribuir com os direitos da criança e do adolescente, seja apenas mais um passo em busca da proteção de cada sorriso.

À essa Universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a visualização de um horizonte superior, e mesmo diante de tantas dificuldades e percalços nunca desistiram, aqui cito algumas importantes figuras, Ana Lage, Adriana Gomes, Cláudio Marinho, que foram solistas e indispensáveis, sempre com carinho e compreensão.

À uma pessoa muito especial que foi ao final de tudo indispensável para a conquista dessa etapa, e que me fez entender que os sonhos deixam de ser apenas sonhos e se tornam realidade com muita garra e luta, Kelly Oliva, sem palavras pelo apoio incondicional.

À Teresa Cristina, pelo suporte durante toda a caminhada, pelas suas correções e incentivos, além do apoio e acolhimento.

Ao meu orientador Davidson Afonso, que sempre manteve o olhar aberto e seu conhecimento a minha disposição, sendo um guia para o meu crescimento e aprendizado.

E a todos que uma maneira direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Um projeto político verdadeiramente popular só se constrói com princípios éticos inegociáveis.” (Frei Betto)

## RESUMO

O presente curso tem como norte contribuir para fornecer conhecimento básico a respeito da participação civil de forma mista nas políticas públicas. Seu objetivo é proporcionar capacitação para interessados da sociedade civil em atuar no sistema de gestão mista das políticas sociais para proteção dos direitos das Crianças e Adolescentes. O curso será de 16h, dividido em oito módulos de 2h cada. Os temas que serão abordados são: 1) Sociedade Civil; 2) Políticas Sociais; 3) Democracia Participativa; 4) Sistema de Garantias; 5) Legislação Nacional de Gestão Mista; 6) Criança e Adolescente; 7) Conselheiros e Conselheira; e 8) CMDCA. O método de ensino do curso escolhido é a utilização de aula expositiva, com utilização de recursos midiáticos, intercalado com dinâmicas e atividades para apreender os conteúdos trabalhados. Dessa maneira, acreditamos que este trabalho final de conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ciências Humanas cumprirá com uma importante e necessária demanda: transpor os conhecimentos acadêmicos para o debate social, contribuindo para avanços.

**Palavras-chave:** Criança. Adolescente. Participação Política. Conselho Municipal. Políticas Sociais. Sistema de Garantias.

## ABSTRACT

This course aims to contribute to providing basic knowledge about civil participation in a mixed way in public policies. Its objective is to provide training for civil society stakeholders to act in the mixed management system of social policies to protect the rights of Children and Adolescents. The course will be 16h, divided into eight modules of 2 hours each. The topics to be addressed are: 1) Civil Society; 2) Social Policies; 3) Participatory Democracy; 4) Guarantee System; 5) National Mixed Management Legislation; 6) Child and Adolescent; 7) Councilors and Counselor; and 8) CMDCA. The teaching method of the chosen course is the use of expository class, with the use of media resources, interspersed with dynamics and activities to learn the contents worked on. In this way, we believe that this final work to conclude the Professional Master's course in Human Sciences will fulfill an important and necessary demand: transposing academic knowledge to social debate, contributing to advances

**Keywords:** Child. Teenager. Political Participation. City Council. Social politics. Guarantee System.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO	10
1 APRESENTAÇÃO	12
2 OBJETIVO DO CURSO	15
3 OBJETIVOS	16
4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	17
4.1 Módulo 1: SOCIEDADE CIVIL	19
4.1.1 Conceito	19
4.1.2. Sociedade Civil no Brasil	21
4.1.3. Exemplo de atuação da Sociedade Civil	22
4.1.4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento	24
4.2 Módulo 2: POLÍTICAS SOCIAIS	25
4.2.1. Conceito	25
4.2.2. Políticas Públicas	26
4.2.3 As Políticas Sociais para a Criança e o Adolescente	27
4.2.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento	29
4.3 Módulo 3: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA	30
4.3.1. Conceito	30
4.3.2 História da participação e os movimentos sociais	32
4.3.3 Participação Social	34
4.3.4 Políticas Sociais e ECA no contexto da participação política	37
4.3.5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento	39
4.4 Módulo 4: O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SGDCA	39
4.4.1. O Sistema de Garantias de Direitos no Brasil	39
4.4.2 O Sistema de Garantias e sua criação pelo CONANDA	39
4.4.3 Diagnósticos e reconhecimento	41
4.4.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento	41
4.5 Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA	41
4.5.1 Lei n.º 8.069, de 13/07/90 - artigo 260	42
4.5.2 Lei n.º 8.242, de 12/10/91, art. 10	43



4.5.3 Constituição Federal do Brasil – CF 1988 -----	44
4.5.4 Lei n.º 9.250, de 26/12/95, art. 12-----	46
4.5.5 Lei 13.204 de 14/12/2015-----	46
4.5.6 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento -----	47
4.6 Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE -----	47
4.6.1 Criança e Adolescente na Legislação brasileira-----	47
4.6.2 Concepção de Criança e Adolescente-----	48
4.6.3 Direitos Garantidos -----	49
4.6.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento -----	52
4.7 Módulo 7: CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS-----	53
4.7.1 Os Conselhos -----	53
4.7.2 Os Conselheiros e as Conselheiras -----	53
4.7.3 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento -----	59
4.8 Módulo 8: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA-----	60
4.8.1 História -----	60
4.8.2 Conceito-----	61
4.8.3 Estrutura-----	62
4.8.4 Como está na lei-----	62
4.8.5 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento -----	64
5 AVALIAÇÃO-----	65
CONCLUSÃO-----	69
BIBLIOGRAFIA -----	70

## 1 APRESENTAÇÃO

Há doze anos atuando diretamente com os direitos da criança e adolescente, tendo sido Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na cidade de Vespasiano/MG, bem como presidente do referido conselho por dois mandatos, além de atuação como Conselheiro Estadual, atuando também como procurador dos Jogos Escolares de Minas Gerais – JEMG, defensor dativo na Vara dos Direitos da Criança e Adolescente da Comarca de Vespasiano, idealizador das audiências concentradas de remissão e assistência ao menor infrator na comarca de Vespasiano/MG, tendo atuação como Presidente da Comissão de defesa dos Direitos da Criança e Adolescente da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Vespasiano/MG, e visando uma melhor apresentação para a sociedade da importância e também da forma de participação nas políticas públicas no que tange os direitos da criança e adolescente, surge a ideia de realizar o processo seletivo para o mestrado profissional na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, com projeto direcionado para a participação da sociedade civil mista como gestora de políticas sociais no que tange o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

Percebe-se que não há grande número de trabalhos na literatura especializada e, tampouco, interesse dos pesquisadores em abordar o tema. Diante disso, observou-se a necessidade de um estudo que pudesse trazer a sociedade civil uma formação direcionada para atuação na proteção e promoção dos direitos da criança e adolescente através do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Assim, imbuído de uma motivação relacionada com a teoria e prática, o presente estudo que desencadeou como produto final um curso de formação, possui o objetivo de formar a sociedade civil, gestores, líderes comunitários e interessados na temática.

Portanto, o presente curso tem como norte contribuir para fornecer conhecimento básico a respeito da participação civil de forma mista nas políticas públicas. Seu objetivo é proporcionar capacitação para interessados da sociedade civil em atuar no sistema de gestão mista das políticas sociais para proteção dos direitos das Crianças e dos Adolescentes.

O alcance do presente curso, além de possuir uma estrutura curricular voltada para a sociedade, ultrapassa a esfera dos cargos públicos e conselhos, pois busca apresentar para a

comunidade de forma ampla, a possibilidade da participação nas políticas públicas. Nesse caso, visa levar o enfoque para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

Quando se trata aqui de comunidade no contexto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, visa-se transparecer a amplitude da participação em um contexto geral, abrangendo, assim, desde ativistas, profissionais da área social, organizações sociais, membros de conselhos nas esferas municipais, estadual e federal, bem com a população que atua direta ou indiretamente, seja na escolha de seus representantes nas entidades civis ou governamentais.

Todos os módulos que serão apresentados possuem como objetivo proporcionar treinamento e ambientação no tema de participação popular nas políticas públicas, especificamente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Durante o minicurso serão tratados os conceitos e as ações atuais existentes, sempre mantendo o foco inicial do conselho.

Importante salientar que, mesmo diante do impacto que se espera do presente curso, não existe uma pretensão de esgotamento dos debates ou mesmo criar uma imagem abrangente, uma vez que existe uma gama bem diversa de literatura ligada à área. Porém, haverá a apresentação de documentos de referência, como atos normativos, livros, artigos científicos entre outros, que poderão constituir-se de material de leitura para um aprofundamento no tema.

Focando no objetivo de apresentar aos participantes do curso de maneira prática e direcionada, os módulos terão sua divisão organizada em conhecimento básico, técnico e aplicado, para garantir uma visão de um todo no que consiste a política pública e a participação da sociedade no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O método de ensino escolhido para o curso é a utilização de aula expositiva, com utilização de recursos midiáticos, intercalado com dinâmicas e atividades para apreender os conteúdos trabalhados. A avaliação ocorrerá durante o curso, através de atividades participativas, debates, grupos de reflexão, bem como atividades práticas que tem o objetivo de integrar o participante ao presente curso.

A preparação do presente curso, bem como todo o material contido nos módulos, não tem obrigatoriedade ou exigência de conhecimento prévio, seja para o início ou durante o de-

envolvimento dos módulos. Aliado a isso e focado no objetivo de uma formação básica, bem como direcionada para o conhecimento de forma geral, não há também a necessidade de conhecimento prévio ou mesmo formação nas áreas afins das políticas públicas, sociais, governamentais e dos direitos da criança e do adolescente.

O presente curso terá duração de 16 (dezesseis) horas, divididas em 8 módulos, cada um com duração de 2 (duas) horas, sendo ministrados 4 (quatro) módulos por dia, totalizando 8 (oito) horas diárias e 16 (dezesseis) horas ao final dos 2 (dois) dias de curso.

Cada módulo e a estrutura do presente curso foram desenvolvidos e pensados como uma forma de, ao final, ser a porta de entrada, um cartão de visitas para que o participante tenha o interesse em aprofundar e participar das ações que envolvam a sociedade como gestora de políticas públicas.

Existe com o presente curso a expectativa de que surja de forma natural a curiosidade a respeito do tema, bem como o interesse em procurar mais informações que liguem as informações a vida cotidiana e a participação que pode ser absorvida e aplicada por cada participante. Pois, sabe-se que experiência de vida que cada participante traz para consigo é a ferramenta necessária para o sucesso do presente curso. Dessa maneira, acredita-se que este trabalho final de conclusão do curso de Mestrado Profissional em Ciências Humanas cumprirá com uma importante e necessária demanda: transpor os conhecimentos acadêmicos para o debate social, contribuindo para a melhora na qualidade de vida dos indivíduos.

## **2 OBJETIVO DO CURSO**

O presente curso busca elencar elementos teóricos e práticos de forma a permitir um melhor entendimento do que venha a ser a política social e a ligação desta com a questão da participação social, no contexto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA. Partindo da sua contextualização, o curso aborda questões históricas, bem como aproxima a discussão dos temas à realidade da sociedade civil mista como gestora de políticas sociais. Notando ainda que, a política social não está desvinculada ou mesmo isenta de correlações de forças políticas e ingerências econômicas.

Público-Alvo: Sociedade, gestores, líderes comunitários e interessados na temática.

Carga Horária: 16h

Modalidade: presencial

Vagas: 30

Data de início: a definir

Data de término: a definir

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Proporcionar capacitação para interessados da sociedade civil em atuar no sistema de gestão mista das políticas sociais para proteção dos direitos das Crianças e dos Adolescentes.

#### **3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

1. Apresentar os conceitos e evoluções históricas de sociedade civil, políticas sociais e democracia participativa;
2. Refletir sobre a participação em políticas sociais;
3. Debater a democracia participativa no contexto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
4. Entender o sistema de garantias e os princípios de gestão mista;
5. Conhecer a legislação nacional sobre gestão mista e sistema de proteção;
6. Apresentar as dificuldades encontradas na efetivação das decisões e garantia dos direitos da criança e do adolescente pelo CMDCA;
7. Avaliar as políticas públicas nacionais referentes aos direitos da criança e do adolescente;
8. Avaliar a atuação do CMDCA na função de gestor público, como um modelo de sociedade civil mista, na promoção de políticas sociais que garantam os direitos da criança e adolescente; e
9. Refletir sobre a ação do CMDCA em relação das políticas públicas nacionais.

## **4 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

### **Módulo 1: Sociedade Civil**

1. Conceito
2. Sociedade Civil no Brasil
3. Exemplos de atuação da Sociedade Civil
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 2: Políticas Sociais**

1. Conceito
2. Políticas Públicas
3. As Políticas Sociais para a Criança e Adolescente
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 3: Democracia Participativa**

1. Conceito
2. História da participação e movimentos sociais
3. Participação Social
4. Políticas Sociais e Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no contexto da participação política
5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 4: Sistema de Garantias**

1. O Sistema de Garantias de Direitos no Brasil
2. O Sistema de Garantias e sua criação pelo CONANDA
2. Diagnóstico e Reconhecimento
3. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 5: Legislação Nacional de Gestão Mista**

1. Lei n.º 8.069, de 13/07/90 – art. 260
2. Lei n.º 8.242, de 12/10/91, art. 10
3. Constituição Federal do Brasil – CF 1988
4. Lei n.º 9.250, de 26/12/95, art. 12
5. Lei 13.204 de 14/12/2015
6. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 6: Criança e Adolescente**

1. Criança e Adolescente na Legislação brasileira
2. Concepção de Criança e Adolescente
3. Direitos Garantidos
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 7: Conselheiros e Conselheiras**

1. Os Conselhos
2. Os Conselheiros e as Conselheiras
3. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### **Módulo 8: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA**

1. História
2. Conceito
3. Estrutura
4. Como está na lei
5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento



## **4.1 Módulo 1: SOCIEDADE CIVIL**

**Duração:** 2h

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio:** o presente módulo tem por objetivo apresentar os principais debates acerca do significado de Sociedade Civil, fundamentos conceituais, bem como sua organização e composição. Tratará ainda da trajetória teórica e redefinições do conceito de sociedade civil, tendo como direcionamento o vínculo com a gestão de políticas públicas sociais na esfera do CMDCA.

### **4.1.1 Conceito**

Inicialmente definir o conceito de sociedade civil se faz necessário, servindo como ponto inicial de estudo e apresentação do presente trabalho. Esse tem como objetivo principal apresentar a estrutura e a participação da sociedade no cenário de políticas públicas, com enfoque no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA.

Em um breve retorno ao passado, palco de grandes filósofos e pensadores, tem-se para Nicolau Maquiavel (1515), que já era existente e latente uma diferença entre a sociedade e o Estado, isso no século XIV. Fato é que a criação do termo sociedade civil surge em 1767, quando foram publicados os primeiros estudos, constados na obra "Ensaio Sobre a História da Sociedade Civil", trazido pelo escritor e filósofo escocês Adam Ferguson (1767). Em sua obra, Ferguson define sociedade civil como sendo completamente oposto do indivíduo individual, ou seja, determina como sendo o homem vivendo em uma determinada comunidade ou cidade.

Já no século XVII, e após a obra de Ferguson, Immanuel Kant (1724-1804) traz à tona o conceito de sociedade civil como sendo uma sociedade regida com base no direito. Portanto, o inverso do que se possuía até então, um estado de natureza, que basicamente se caracterizava nas guerras permanentes, onde todos contra todos (acepção hobbesiana) era a base da sociedade.

Parte-se daí para uma concepção mais moderna, de autoria do filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), onde utiliza-se de preceitos da Filosofia do Direito

para a definição de sociedade civil. Em seu estudo, sociedade civil teria uma conotação entre direita e esquerda, o que foi dividido pelos seguidores de Hegel. A esquerda representa o pilar da sociedade burguesa de Karl Marx; e a direita, uma concepção de todos os aspectos não estatais da sociedade, expandindo-se da rigidez econômica do marxismo para a cultura, a sociedade e a política (PELCZYNSKY, 1984).

As diversas definições de sociedade civil poderiam ser o único foco deste curso, e mesmo assim, não haveria o esgotamento do tema. Como o presente não possui tal interesse e o foco é apresentar o conceito prático de sociedade civil, a definição apresentada pelo Centro para a Sociedade Civil da London School of Economics atenderá de forma acolhedora. Tem-se:

Sociedade civil refere-se à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, as suas formas institucionais são distintas daquelas do estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexos, indistintos e negociados. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos activistas (Cópia da definição da London School of Economics, no sítio da Biblioteca Britânica<sup>1</sup>).

Cumpre apresentar que o conceito de sociedade civil retornou na cena política e social

Não se esqueça:

*A sociedade civil é composta por cidadãos que de forma organizada e institucionalizada civilmente, através de ações voluntárias, constituem os alicerces de uma sociedade dinâmica. A sociedade civil, na prática, se coloca em oposição às estruturas do Estado com o objetivo de garantir direitos, demandas de coletivos, muitas vezes alijados do processo de escolha.*

no último quartil do século XX. Seu significado foi dado a partir de uma lógica tripartite, onde a sociedade civil se diferencia do mercado e do Estado.

Nesta lógica, o conceito de sociedade civil objetivou demonstrar os processos sociais que estavam ocorrendo nos países da Europa e Leste e nas sociedades Latino-americanas

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://pages.britishlibrary.net/blwww3/3way/civilsoc.htm>, acesso em 11/11/2019.

(ARATO, 1981, 2000; KEANE 1988a, 1988b, 1998; HABERMAS, 1995). Muitas das vezes, esses processos diziam respeito às demandas sociais negligenciadas, de alguma maneira, pelas duas pontas: Estado ou mercado.

Dessa maneira, a sociedade civil passa a ser um agente relevante de democratização atrelada ao processo de reconstituição das ligações e estreitamento social em prol dos menos favorecidos e para os segmentos da classe média. Na América Latina, esses estavam em situação de opressão pelos regimes autoritários. Não diferente, no Brasil, a sociedade civil adotou essas mesmas características, mas tomou diferentes formas de relação entre ela e o Estado (DAGNINO, 2002).

As teorias da sociedade civil que tiveram início no final dos anos 1980 e início dos 1990 trataram a sociedade civil de maneira autônoma. Isso significa que a sociedade civil é vista como uma organização distinta do Estado tendo sua independência para agir em relação ao próprio Estado (SADER, 1988; AVRITZER, 1994). Com a discussão e propagação da ideia de autonomia social trazida à tona, o conceito de sociedade civil incorporou uma dimensão do debate internacional, mas também envolveu fortes elementos locais. Ocorreu assim a incorporação de movimentos sociais na dimensão autônoma da sociedade civil.

Isso implica afirmar que os movimentos sociais são relevantes para o entendimento da participação popular. Importante salientar que esse movimento pela autonomia social não sobreviveu à democracia com a mesma ideologia e concepção como surgiu.

Assim, neste curso, sociedade civil será entendida como ator necessário para promoção da política social e indispensável na constituição e atuação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A sociedade civil, quando analisada do prisma da promoção e da participação em ações políticas e sociais, apresenta caráter de representatividade e efetividade popular.

#### **4.1.2. Sociedade Civil no Brasil**

A partir da Constituição Federal de 1988, o cidadão brasileiro passa a ter o direito de participar e exercer o controle social no que diz respeito ao processo de formulação e implementação das políticas públicas. Neste sentido, a atual carta constitucional aponta para uma nova relação entre Estado e sociedade civil no âmbito da gestão pública.

A organização da sociedade civil trata-se de um avanço significativo diante das posturas antidemocráticas que sempre prevaleceram na sociedade brasileira. No entanto, cumpre destacar que a gestão da coisa pública ainda é influenciada pela cultura política autoritária, o que tem fragilizado o processo de consolidação de espaços públicos democráticos.

No Brasil, a interdependência foi motivada pela sua associação com o aprofundamento democrático (DAGNINO, OLIVERA e PANFICHI, 2006). Os novos conceitos para sociedade civil superaram uma fase de demarcação de espaço com o Estado e começaram a participar em conselhos de políticas (TATAGIBA, 2002; 2004), bem como em projetos específicos que envolvem a implementação de políticas públicas (ABERS e KECK, 2006; AVRITZER, 2008).

Espera-se que da sociedade civil surja as principais formas de participação social. No Brasil, a participação popular em conjunto com a administração pública tornou-se essencial após a Carta Magna promulgada em 1988 (Constituição Federal 1988). Este foi o ano em que, através da nova postura legal surgida com o novo ordenamento jurídico, consolidaram-se as garantias fundamentais ao cidadão, descentralizando o poder, anteriormente apenas regido pela Máquina Estatal, e passando a ter uma efetiva participação da sociedade civil. Portanto, a presente definição de sociedade civil, traz de forma prática e direta a concepção do termo e traduz a participação popular, seja de forma pessoal ou em meio a grupos, organizações, instituições entre outras, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A exploração do termo sociedade civil ganha no presente trabalho a participação e vínculo com as políticas sociais, o que será pontuado e vinculado a seguir.

#### **4.1.3. Exemplo de atuação da Sociedade Civil**

### **O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP**

A sociedade civil destaca-se pela atuação no Orçamento Participativo que é uma maneira na qual o ente governamental garante para a sociedade civil sua participação nas decisões e também a influência em respeito dos orçamentos públicos. Esta participação ocorre no que tange as ações do orçamento dos investimentos governamentais municipais e de interesse local, como por exemplo, obra de infraestrutura, saneamento básico, entre outras ações.

A estrutura do orçamento participativo inclui a sociedade civil e a traz para o poder de ação e decisão, deixando de lado um perfil governamental único de decisão. Esta conduta contribui para a desburocratização, garantindo que ocorra a vontade popular nas execuções das políticas públicas, bem como garante uma prestação mais transparente das contas do Estado, órgão governamental ao cidadão, ora representante da sociedade civil.

Assim, o orçamento participativo permite a transparência por meio da publicação de informações orçamentárias e pela prestação de contas das autoridades à sociedade civil. Nesse modelo, é notória a geração de confiança e melhoria no que versa a qualidade do ente público nas cidades, trazendo por consequência uma contribuição para a redução da corrupção e o mau uso dos recursos públicos.

Portanto, a participação da sociedade civil na forma de orçamento participativo, traz como um dos pilares o interesse e a formação da cultura democrática em face da comunidade, bem como o amadurecimento e fortalecimento da sociedade. O orçamento participativo tem sua forma de funcionamento através de assembleias abertas e periódicas, incluindo também etapas de negociação direta com o governo. Após isso, ocorrem as deliberações nessas assembleias, que são consideradas na elaboração das propostas da lei orçamentária anual, que então serão encaminhadas para a câmara municipal.

**Atenção!**

*A Constituição Federal de 1988 - CF obriga os municípios a adotarem como princípio na elaboração das leis orgânicas a “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”.*  
(artigo 29, inciso XII)

O orçamento participativo teve seu primeiro modelo implantado em 1989, um ano após a promulgação da nova constituição brasileira, na prefeitura de Porto Alegre (RS). Na ocasião, instituiu-se o primeiro modelo de participação popular. A partir de então muitas outras cidades adotaram o orçamento participativo, bem como a sua manutenção até os dias atuais na capital gaúcha, cidades como São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Santo André (SP) e dezenas de municípios menores em São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e outros estados brasileiros (Avritzer, 2003).

De uma maneira bem didática e resumida, o orçamento participativo ocorre normalmente em um período de um ano, pois existem diferenças territoriais e estruturais. Seguem-se

as etapas de assembleias locais e setoriais, reuniões locais e setoriais, envio à Câmara Municipal, desenho da matriz orçamentária e, por fim, a avaliação do processo. O orçamento participativo, portanto, demonstra de forma cristalina um exemplo de participação social.

### **PROTESTOS DE JUNHO DE 2013**

Bem como o Orçamento Participativo, os protestos de junho de 2013, também é um exemplo entre dezenas de atuação da sociedade civil, uma vez que ocorreram manifestações que tiveram de forma exclusiva a ação da sociedade civil. Essas articulações foram divulgadas e realizadas através de redes sociais, aplicativos de mensagens, boca a boca, e marcada pela horizontalidade e diversidade das demandas.

Essas manifestações tiveram como marco, protestos em São Paulo – SP, movidos pela insatisfação popular referente ao reajuste da passagem do transporte público, tomando uma grande proporção após terem sido reprimidas com truculência pela polícia. Tal ação de repressão serviu como estopim, dando aos movimentos projeção, ganhando simpatia da população e originando a maior manifestação de rua desde o impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992.

Tornou-se notório que a sociedade civil assumiu as ruas. No entanto, não ficou apenas nisso. A sociedade civil expôs outras insatisfações em face dos governos. Aliado a isso, observou-se a ausência de lideranças, definidas como porta vozes exclusivas do movimento e a diversificação da pauta, em que a sociedade civil mobilizada, agregou ao movimento das manifestações que estavam ocorrendo.

Houve uma maciça participação da população de diversos setores sociais, em âmbito nacional, com adesão superior a 200 cidades, entre elas, todas as capitais do país. A participação popular nas manifestações trouxe propostas para os diversos poderes públicos nas diversas esferas governamentais.

#### **4.1.4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

Após a oferta de informações e conteúdo contidas acima e na apostila de apoio, a proposta é criar um círculo para debate, onde os participantes identifiquem movimentos sociais e apresentem suas demandas e questões, caracterizando também seu espaço na sociedade civil.

## **4.2 Módulo 2: POLÍTICAS SOCIAIS**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio: Apostila**

### **4.2.1. Conceito**

O termo “políticas sociais” em um primeiro momento pode ser amplo e interpretado com vários significados, uma vez que políticas públicas também poderão ser consideradas de forma indireta ou direta como políticas sociais. Se faz necessário a pontuação no que consiste a transversalidade como o pilar central das políticas sociais, devendo para tanto estar presente nas ações governamentais e de participação social. Entre grandes autores temos a definição de Santos (1989), segundo o qual “(...) política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente. Sendo assim, a política social é em realidade uma ordem superior, metapolítica, que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas.”

De acordo com Maingón (1992), existe um consenso no qual a pura realidade da América Latina demanda uma melhor tomada das decisões públicas, com o principal objetivo de aplicar uma distribuição dos recursos de forma mais justa e menos injusta por consequência. Surge, portanto, uma necessidade de discussão conceitual teórica que tenha por conclusão, definir o entendimento do termo “política”: “(...) processos, tanto sociais, políticos, como econômicos, que conduzem a uma tomada de decisões e à execução através das quais se adotam valores atribuídos a uma parte ou a toda sociedade” (Maigón, 1992, p. 32).

Em seguida Maingón (1992, p.33) propõe que a política social:

(...) é uma decisão política construída socialmente e, portanto, é um resultado da dinâmica de processos competitivos ou cooperativos entre demandas de distintos grupos e atores, com diferentes interesses e valores acerca do que significa sociedade.

Assim, a preparação de uma política social precisa ser analisada e pautada com um olhar também processualmente político.

Conclui-se diante disso que as políticas sociais são compostas de princípios filosóficos, valorativos, éticos e morais, que são responsáveis pelos objetivos a serem alcançados, e também são compostas de conteúdo empírico e prático, que demonstra de quais maneiras o objetivo estabelecido poderá ser alcançado. Nesse mesmo contexto e sentido para o escritor Ceja (2004, p.175):

A política social é uma maneira que o Estado tem, por meio de estratégias e políticas concretas, de construir uma sociedade coesa e equitativa. Em uma perspectiva de maior equidade e interação social, a política social tem como finalidade principal facilitar a convergência entre os interesses individuais e os interesses comuns da sociedade.

Assim, as políticas sociais para os autores acima citados, somam uma vasta conjuntura de elementos, que vão da orientação, da diretriz, do critério e da ação que em soma possam gerar a garantia e a melhoria do bem estar social, com foco na equiparação das classes sociais.

As políticas sociais podem ser entendidas como políticas públicas destinadas ao bem estar geral da população, porém com caráter distributivo. Elas são destinadas com maior ênfase às camadas de menor renda e capacidade econômica da sociedade, em situação de pobreza ou pobreza extrema. Buscam principalmente o desenvolvimento econômico, a redução e/ou a eliminação da pobreza, a redução da desigualdade econômica e a redistribuição de riqueza e renda.

As políticas sociais são mecanismos indispensáveis à sociedade, garantindo acesso e defesa as pessoas em situação de risco, dentre outras. Além disso, a promoção das garantias e políticas sociais de ação voltadas à sociedade pode traduzir a participação popular de forma ativa, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

#### **4.2.2. Políticas Públicas**

Segundo Souza (2006), as políticas públicas surgiram de duas formas distintas: a) nos Estados Unidos da América, através dos estudos sobre a ação do governo; e b) na Europa, como um desdobramento das teorias sobre o papel do Estado. Seu pressuposto analítico é que, “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser formulado cientificamente e analisado por pesquisadores independentes” (SOUZA, 2006, p. 77 ).

As políticas públicas aplicadas pelo governo partem do desdobramento do Welfare State, como soluções para os problemas de cidadania. Uma definição clássica sobre o termo é



atribuída a Lowi Rezende (2004) (apud ARRETCHE, 2004, p.68): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar ou regular o comportamento individual ou coletivo”.

As políticas públicas, também chamadas de políticas sociais, devem maximizar os recursos produtivos e as chances de melhorias da vida dos cidadãos. A política social precisa mobilizar e maximizar ativamente o potencial produtivo da população de modo a minimizar sua necessidade e dependência dos benefícios do governo. Para Draibe (2006, p.51):

A política social é pensada no quadro mais amplo de relação entre Estado, desenvolvimento econômico e sistemas de proteção social e, mais ainda, a dinâmica é examinada a partir dos efeitos dos sistemas de políticas sociais sobre o crescimento econômico, e não somente ao contrário, como tradicionalmente se postulou.

Assim, podemos concluir que as políticas públicas surgem de um contexto social, onde na maioria dos casos está vinculada à ação do Estado, tendo como norte os investimentos, que são destinados da necessidade de ações demandadas da sociedade.

A execução das políticas públicas é uma pilar fundamental, pois elas estão completamente ligadas à alteração da realidade: elas partem de uma insatisfação e visam estabelecer uma situação ideal ou próxima do ideal. As políticas públicas são como uma ponte entre a situação existente e aquela onde se quer chegar, tendo o Estado uma função fundamental no espaço e tempo onde acontecem essas políticas públicas.

#### **4.2.3 As Políticas Sociais para a Criança e o Adolescente**

As políticas sociais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente são implementadas e garantidas através de ações que resultem na aplicação de recursos com prioridade na infância e adolescência. Uma vez aprovadas as decisões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, essas vinculam a administração pública a cumpri-las, em caráter prioritário, tudo conforme dispõe o art. 4º, caput e parágrafo único, do Estatuto da Criança e Adolescente - ECAe art. 227, caput da CF/88.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente deve zelar pela garantia de igualdade de acesso e exercício efetivo dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, bem como propor políticas sociais que assegurem o atendimento à criança e ao adolescente em todos os níveis.

ECA

*Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:*

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

CF/88

*Art. 227º - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

A mobilização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, como uma parte da sociedade civil organizado de forma mista, em conjunto com as demais entidades da sociedade civil e dos órgãos do poder público promovem encontros periódicos de pessoas, entidades e instituições, dedicadas ao atendimento da criança e do adolescente. Estes têm por objetivo fundamental discutir, avaliar e difundir as políticas sociais voltadas à criança e ao adolescente, o que dão visibilidade às ações praticadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Dessa maneira, cumpre dizer que o marco teórico está diretamente ligado a promoção de políticas sociais, bem como a participação da sociedade civil e a independência e autonomia nas ações executadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma sociedade civil mista.

O curso busca elencar elementos teóricos de forma a permitir um melhor entendimento sobre a política social e a ligação desta com a questão social. Partindo de sua contextualização, abordam-se questões históricas bem como aproxima a discussão dos temas à luz da atualidade e a realidade vivida pelas crianças e adolescentes.

Porém, percebe-se que esta não é uma postura hegemônica, pois as atuais ações em sua massiça proporção restringem a análise das políticas sociais a uma perspectiva empobrecida, ou as atribui apenas à iniciativa do Estado. O presente se caracterizou como uma pesquisa social a partir de material bibliográfico, com foco na abordagem qualitativa, apresentando

o interesse de analisar de forma abrangente as políticas sociais, bem como as questões sociais que envolvam as crianças e adolescentes.

O surgimento das primeiras ideias acerca das políticas sociais esteve ligado ao crescimento do capitalismo, à luta de classes e ao desenvolvimento da intervenção estatal. Destacam-se dois aspectos importantes no tocante às políticas sociais dentro do viés capitalista – o econômico e o político. O econômico direciona-se à função do lucro, e está diretamente ligada à redução dos custos e elevação da produtividade. Já o político diz respeito à legitimação das forças capitalistas, visando a adequação dos trabalhadores ao sistema.

A questão social deve ser compreendida no contexto do surgimento do modo de produção capitalista e das transformações que foram se processando no mundo do trabalho em meio a diferentes conjunturas políticas e econômicas. As manifestações da questão social, expressas pela forte desigualdade, fome, desemprego, desamparo, miséria e doenças são vistas, até então, como inerentes e necessárias para manter a ordem natural de qualquer sociedade.

Por vezes, a questão social é vista como culpa do homem e não do sistema que se apresenta com formas desiguais. É possível concluir que ocorre a necessidade de superação do capitalismo e não de adequações do mesmo. Considera-se que as políticas só terão sentido quando funcionarem para a satisfação das necessidades sociais e não das necessidades do capital, fortalecendo a ideia de superação do modo de produção capitalista.

#### **4.2.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

No início da apresentação do tema, o facilitador irá entregar uma folha de jornal para cada participante. Os participantes estarão assentados em posições diferentes, em filas, um atrás do outro, em analogia a uma sala de aula tradicional. Pedirá para que eles amassem a folha para fazer uma bola. Em seguida o facilitador irá colocar um cesto na frente da sala e dirá aos participantes: “O jogo é muito simples. Vocês representam a população de um país qualquer. E todo cidadão neste país tem a chance de crescer na vida e pertencer às classes mais altas. Para subir às classes mais altas, tudo o que você precisa fazer é acertar sua bolinha no cesto de lixo, sem se levantar da cadeira”. É provável que os alunos do fundo reclamem por não possuir a mesma acessibilidade e visibilidade da cesta, como os que estão mais a frente.

Quando os arremessos são feitos acontece o esperado: os da frente conseguem acertar em maior número (mas nem todos) e os de trás acertam em menor número (mas alguns acertam). O grau de dificuldade em face das dificuldades de espaço e acesso a cesta.

O facilitador conclui: “Quanto mais perto você está da lata de lixo, maiores são as suas chances de acertar. Isso é um privilégio. vocês repararam como as reclamações vieram, todas, do fundo da classe? Isso acontece porque as pessoas que estão aqui na frente não estão enxergando a mesma coisa que as pessoas que estão no fundo”.

A partir do debate que a situação irá gerar e as constatações feitas, inicia-se a apresentação do tema.

### **4.3 Módulo 3: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio: Apostila**

#### **4.3.1. Conceito**

Tem-se hoje a democracia participativa, como uma linha de pensamento que entende a participação como uma ferramenta necessária para a intervenção do cidadão na tomada de decisões e de controle do exercício do poder. Dito de outra maneira é uma forma de controle exercido pela sociedade civil sobre a administração pública, podendo ainda apresentar outras formas variadas, como por exemplo, o plebiscito. Este pressupõe a atuação direta por parte da sociedade civil em face de um tema proposto pelo ente governamental.

Segundo Lüchamann (2002, p. 245):

A democracia deliberativa constitui-se como um modelo ou processo de deliberação política, caracterizado por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a participação da sociedade civil na regulação da vida coletiva. Trata-se de um conceito que está fundamentalmente ancorado na ideia de que a legitimidade das decisões e ações políticas deriva da deliberação pública de coletividades de cidadãos livres e iguais. Constitui-se, portanto, em uma alternativa crítica às teorias "realistas"

da democracia que, a exemplo do "elitismo democrático", enfatizam o caráter privado e instrumental da política.

Portanto, a democracia participativa é uma forma de exercício de poder, baseada na participação do cidadão nas tomadas de decisões políticas.

Moroni (2009, p. 109), trazendo a discussão a respeito da complexidade e multiplicidade dos sujeitos políticos na atualidade, afirma que “a democracia representativa, via partidos e processo eleitoral [...] não é suficiente para a complexidade da sociedade moderna”, sendo necessário criar mecanismos de participação que levem em consideração a complexidade do mundo moderno que possam influenciar as decisões políticas. Seguindo este raciocínio, Lambertucci (2009, p. 71), expõe que a participação social:

amplia e fortalece a democracia, contribui para a cultura da paz, do diálogo e da coesão social; e é a espinha dorsal do desenvolvimento social, da equidade e da justiça. Acredita-se que a democracia participativa revela-se um excelente método para enfrentar e resolver problemas fundamentais da sociedade brasileira.

Logo, a democracia participativa pode ser compreendida como:

um conjunto de experiências e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão. A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a democracia representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública (SELL, 2006, p. 93).

Dizendo de outra maneira, a democracia participativa, ou semidireta, é aquela que partindo de uma democracia representativa, utiliza-se de mecanismo que proporcionam ao povo um engajamento nas questões ditas políticas. Com isso, ela acaba legitimando questões de relevância para a comunidade como um todo através de uma participação direta, seja pelo plebiscito, referendo, iniciativa popular, audiência pública, orçamento participativo, consultas ou por qualquer outra forma que manifeste a ação popular, como os conselhos, por exemplo.

Nesse modelo de maior participação democrática, as organizações da sociedade civil tornam-se interlocutores políticos legítimos e influentes, adquirem maior visibilidade, sobretudo com o processo de democratização (AVRITZER, 1993; DAGNINO, 2002; REIS, 1995; COSTA, 1994, 1997) e, de certa forma, pode-se dizer que a democracia participativa só poderá ser realizada quando os cidadãos abandonarem um certo individualismo e tiverem um mai-

or senso de coletividade. Para estes autores, os conselhos, são formas de efetivar a democracia participativa.

#### **4.3.2 História da participação e os movimentos sociais**

Gohn (2003) destaca que a história dos Conselhos é tão antiga como a história da democracia participativa que tem início a partir dos Clãs Visigodos. Uma primeira experiência de Conselho Popular ocorreu em 1871, em Paris. Outras experiências ocorreram na Rússia (1905), Turim, (1906), Barcelona, (1934-37).

No Brasil, houve uma maior garantia da participação através dos conselhos a partir da Constituição Federal 1988 - CF. No entanto, há registros da criação do primeiro conselho em 1937, sendo este o Conselho Nacional de Saúde. Após isso, foi criado em 1971 o Conselho Federal de Educação. Porém, com a redemocratização do Brasil, no final da década de 1970 e início da década de 80, começaram a ocorrer as primeiras discussões sociais, onde se destacou o papel dos Conselhos que ali começaram a se formar, mesmo que de forma embrionária.

Filla *et al.* (apud Avritzer, 1996) define que só há participação política efetiva quando ocorre democracia participativa, isto é, quando o cidadão pode apresentar e debater propostas e deliberar sobre elas, mudando o curso da ação. Como apresentado ainda na delimitação do tema, mesmo que de forma simplificada, atualmente a participação referente à criança e ao adolescente é exercida pelo CMDCA. Este atualmente ocupa um espaço decisório que antes era exclusivo do Estado, ou seja, o conselho atua em favor de uma forma ampliada e pública de participação popular.

Silveira (2000, p. 245) afirma a respeito dos movimentos sociais:

Projetos voltados para organização autônoma dos diversos segmentos sociais, o que evidencia uma visão de mundo que respeita a adversidade entre os grupos e as classes, mas sem negar o direito de todos de conviver em um mesmo espaço social, econômico, e igualdade de condições e com justiça social.

Essa ótica foi observada no final da década 80 e início da década de 90, onde aconteceu o fortalecimento de novos movimentos sociais, que ganharam, com o passar do tempo, espaços públicos, com mais liberdade e autonomia. Esses novos movimentos sociais, segundo Sherer-Warren (1989, p.12) são:

Grupos mais ou menos organizados sob uma liderança determinada ou não, possuindo um programa, objetivos ou plano comum, baseando-se numa mesma doutrina princípio valorativo ou ideológico, visando um fim específico ou uma mudança social.

Na República Federativa do Brasil, até o final dos anos 80, utilizava-se o modelo administrativo estruturado da maneira que os governantes estaduais e municipais tinham pouca autonomia fiscal. Todas as políticas eram formuladas, financiadas e avaliadas pelo Governo Federal. Assim também os diversos programas existentes nas várias políticas sociais não tinham qualquer tipo de olhar direcionado a políticas sociais.

A partir da Constituição Federal de 1988 o quadro estrutural se alterou. Foi permitida e demandada a esses poderes, quais sejam, os governos estaduais e governos municipais, a participação autônoma e independente. Este fato redefiniu a articulação constitucional do Estado em face das políticas sociais, entre elas novas competências de gestão das políticas, garantindo as esferas municipais e estaduais com maior participação da sociedade civil organizada.

Os movimentos sociais no século XXI surgem em uma maior quantidade, sendo que o interesse para a defesa dos direitos da criança e do adolescente toma amplitude e começa ser percebido como uma necessidade, superando anteriormente a ideia de direito puro, ou mesmo anteriormente a isso, quando a criança e adolescente eram tratados como meros agentes da sociedade.

Portanto, a criação de ONG's, Institutos de proteção aos direitos da criança e do adolescente, aliados a entidades governamentais e não governamentais que fomentaram a aplicação da proteção e a promoção dos direitos fica evidenciado e presente no século XXI.

Importante ressaltar que as políticas públicas tiveram mais aplicação diante da percepção da sociedade e também do poder público no que consiste a promoção e defesa dos direitos emanados da lei em prol da criança e adolescente.

O encerramento de entidades denominadas Fundação Nacional do Bem Estar do Menor "FEBEMs", que mesmo possuindo nomenclatura que em teoria tinham o intuito de garantir o bem estar da criança, a situação vivida era de extrema falta de proteção, sendo locais de depósito de crianças e adolescentes, não havendo respeito a nenhum direito ou mesmo a condições dignas de proteção e principalmente promoção dos direitos da criança e adolescente.

A evolução e ampliação dos Conselhos de proteção a criança e adolescente começam no século XXI tomarem uma maior dimensão, diante da percepção da necessidade de ampliar e promover os direitos oriundos da lei e principalmente garantir a cada criança e adolescente acesso a proteção e ao desenvolvimento físico e intelectual.

Não se busca mais atender uma anseio social de que a criança e adolescente são meros protagonistas e objetos da sociedade, agora se tem uma ideia de garantia e principalmente de promover ações que envolvam o desenvolvimento e a proteção, visando o bem estar, desenvolvimento e capacitação.

#### **4.3.3 Participação Social**

Será da sociedade civil que surgirá as principais formas de participação social. No Brasil, a participação popular em conjunto com a administração pública tornou-se essencial após a Carta Magna promulgada em 1988 (Constituição Federal, 1988). Este foi o ano em que, através da nova postura legal surgida com o novo ordenamento jurídico, consolidaram-se as garantias fundamentais ao cidadão, descentralizando o poder, anteriormente apenas regido pela Máquina Estatal, passando a ter uma efetiva participação da sociedade civil.

A participação popular possui uma ampla discussão dentro da teoria política. Por exemplo, desde os contratualistas, ela é tida como algo necessário para o bom funcionamento da relação Estado/Sociedade. Rousseau (1968) a entende como necessária para o processo democrático e garantidor da vontade geral. A participação é vista de formas distintas na teoria. Para os liberais, criadores do sistema democrático vigente (Stuart Mill (2005), Tocqueville (1995) e outros) a participação se faz via processo eleitoral e/ou via associação dos coletivos. Já, mais recentemente, autores como Souza Santos (1998), Gohn (2003), Avritzer (2008) e outros, veem a participação como um poderoso instrumento de organização e controle das ações do Estado perante a sociedade.

Percebe-se que a participação da sociedade civil brasileira ressurgiu no período o qual o regime militar autoritário brasileiro permitiu e deixou de exercer com repressão vários tipos de reuniões públicas de associações sem fins lucrativos. Nesse período, foi possível que estudantes e profissionais de diversas áreas, entre elas a advocacia, reformulassem seus movimentos de luta e classe. Diversas categorias voltaram a se associar, tendo como resultado principal o surgimento e organização da sociedade civil em movimentos sociais e de classe.



Uma das principais características da sociedade civil brasileira durante o período da década de 1980 está diretamente ligada à autonomia em relação ao Estado, isso devido ao enorme controle que o Estado possuía na organização da sociedade. Este período foi marcado pela democratização, tendo como pauta principal a reivindicação de autonomia organizacional.

Durante a democratização, a autonomia foi tomando proporções enormes, tendo como partida o entendimento que agira sem autorização do Estado, inclusive ignorando limites anteriormente impostos pelo Estado de forma interna e externa das associações voluntárias.

Tal avanço na prática significou o surgimento de novas associações voluntárias e uma maneira nova de lidar com o Estado, ocorrendo em primeiro momento reclamações em público, o que se tornaram corriqueiras e presentes na década de 1980. Assim, nesse período e pautado nas reivindicações das associações e ações de movimentação popular, em um verdadeiro repertório democrático de atos e ações coletivas pelas associações voluntárias brasileiras, surgiram os movimentos sociais.

Um exemplo bem evidente da participação dos movimentos sociais através da participação da sociedade civil foi o movimento sanitarista do estado de São Paulo durante a primeira metade da década de 1980, que propôs uma forma de organização das políticas de saúde que era independente do Estado. Ainda que por mais difícil que seja vislumbrar como seria e ocorreria a organização desta política pública, apenas o fato de existir a ideia colocada como proposta emanada da sociedade e articulada, já era substancialmente uma vitória no que consiste a participação popular.

Fato que durante a VIII Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, existia ainda vários grupos propondo a organização de serviços de saúde de forma independentemente do Estado. Ainda importante citar que o movimento pela reforma urbana, de modo semelhante, propôs formas de democracia local, que seriam capazes de vetar a ação do Estado relacionada às políticas urbanas (SILVA, 1990).

A União das Associações de Moradores de Porto Alegre - UAMPA, criada em Porto Alegre/RS durante a primeira metade dos anos 1980, propôs no seu segundo congresso a to-

mada de decisões sobre questões de orçamento baseadas em um conselho de associações de bairro<sup>2</sup>.

Durante o período da década de 1980, é possível notar principalmente dois fenômenos relacionados à organização da sociedade civil. O primeiro é o crescimento quantitativo do número de associações ligadas às questões envolvendo a implementação de políticas públicas direcionadas aos pobres. O segundo fenômeno traz à tona a sociedade civil podendo lidar com políticas públicas de forma altamente independente do Estado.

Portanto, no decorrer da década de 1980, pressões por eleições resultaram no movimento denominado de “Diretas Já”, um envolvimento da sociedade civil que contou com a participação de várias camadas da sociedade, como intelectuais, artistas, pessoas ligadas à igreja, partidos políticos que estavam em formação, movimentos sociais e entre tantas pessoas que já eram tidas como personalidades políticas naquele período.

Fato é que a bandeira deste movimento era pela promoção de forma urgente do processo de redemocratização do país, possibilitando a participação da sociedade civil na escolha de seus governantes.

Em uma nova ótica onde a sociedade civil busca interagir e garantir de forma plena políticas de proteção ao direito da criança e adolescente, tanto pela sociedade civil, como também através dos entes governamentais, trazendo um novo marco a sociedade, qual seja, o da garantia das diretrizes que servem de base para promoção eficaz.

Nesse sentido, observa-se a criação da portaria 458/2001, que trata da erradicação do trabalho infantil, bem como em 2003 do programa bolsa família, que tem como característica, a necessidade que a criança e o adolescente do núcleo familiar tenha presença assídua no ambiente escolar, sendo que nos casos da evasão escolar, o direito ao benefício até que haja regulamentação junto a escola por essas crianças e adolescentes.

Portanto, temos no século XXI um novo padrão político, social e jurídico, com a institucionalização da infância e da adolescência como sujeito de direitos, bem como a descentralização no que tange as políticas federais, estaduais e municipais, trazendo o controle de forma mais regionalizada e uma maior participação social.

---

<sup>2</sup> Disponível em: [http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu\\_doc/relatorio\\_associativismo.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/relatorio_associativismo.pdf), acesso em 21/11/2019.

#### **4.3.4 Políticas Sociais e ECA no contexto da participação política**

Com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA em 1990, ocorreu a efetiva implementação de políticas sociais pertinentes aos direitos da Criança e do Adolescente. A determinação de criação do CMDCA em todo o país garantiu à sociedade, a participação e controle social das políticas sociais, através dos conselhos.

Dessa maneira, Gohn (2003, p.13 e 14) enfatiza que: “o entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira”.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, uma série de direitos sociais e individuais como o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, entre outros, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, assegurou, ainda, que no atendimento desses direitos levar-se-á em consideração a descentralização político administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 227, § 7º c/c art. 204, CR/88).

Nesse cenário, a democracia participativa toma molde, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando as diretrizes de descentralização político-administrativa e municipalização do atendimento, previu a instituição dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos e de controle das políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito municipal (art. 88, inciso II, ECA).

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são a realização do princípio da democracia participativa na área da criança e do adolescente, tendo em vista que asseguram a participação da sociedade na deliberação das políticas públicas voltadas para esse público, na medida em que metade de seus membros é constituída por representantes da sociedade civil.

A Lei Federal nº 13.257/16, em seu art. 12, inciso II, prevê que a sociedade participe solidariamente com a família e o Estado da proteção e da promoção da criança na primeira infância, integrando conselhos, de forma paritária com representantes governamentais, com funções de planejamento, acompanhamento, controle social e avaliação.

Mesmo diante da atuação da maioria das Organizações Não Governamentais – ONGs e movimentos sociais estarem em sua maioria agindo contrariamente ao Estado, uma vez que o Estado agia ainda com mecanismos de tentativa de manter o controle, os movimentos sociais, incluindo as ONGs, tiveram contribuição na criação de espaços para interlocução entre o próprio Estado e a Sociedade Civil. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiu uma nova concepção da forma de participação, tendo início a edificação da democracia direta e democracia representativa de forma articulada e aliada.

Surgiram então diversos conselhos, entre eles o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, como interlocutor da sociedade em face do Estado no que consiste proteção e promoção de ações envolvendo crianças e adolescentes.

Para tanto, a cidadania necessita de uma ligação de natureza diversa, uma conexão de sentimento direto de participação numa comunidade com base na lealdade de uma civilização, que é um elemento de patrimônio comum. É a compreensão da lealdade do homem livre, carregada de direitos e protegida por leis que garantam sua efetividade. A forma para sua garantia e desenvolvimento está baseada no estímulo tanto pela luta para adquirir os direitos bem como para garantir sua utilização.

Para garantir os direitos sociais, o método a ser utilizado é o exercício do poder público, uma vez que pressupõe direito absoluto a um determinado padrão de civilização que irá depender de forma simples apenas do cumprimento das obrigações gerais de cidadania.

Ressalta-se que ampliar os serviços sociais não é garantia de elevação ou equiparação de rendas. O importante é que haja dentro das garantias dos serviços sociais a garantia da continuidade e segurança de tais ações, possibilitando assim a manutenção e início de uma busca por igualar os mais e os menos favorecidos.

#### **4.3.5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

O facilitador dividirá os participantes em grupos, onde cada grupo representará e apresentará ao final, o que compreenderam de participação social, políticas sociais e movimentos sociais. Será proposta uma rodada de discussões, onde os grupos irão interagir. Ao final, todos os grupos, apresentarão suas conclusões e será feito apontamentos pelo facilitador dos dados e informações apresentadas.

### **4.4 Módulo 4: O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SGDCA**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio: Apostila**

#### **4.4.1. O Sistema de Garantias de Direitos no Brasil**

O Sistema de Garantia de Direitos se constitui pela articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público. Estes atuam na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos. A integração entre estado e sociedade civil é necessária para que o sistema funcione como um mecanismo fluído e permanente. Além disso, é necessário que estejam articulados e integrados, compartilhando responsabilidades e atuando com princípios e metas comuns. Todos os participantes do sistema que o compõem devem elaborar estratégias e ações que dialoguem com o cenário local (município, comunidade, centros de educação e assistência) e com a política nacional.

#### **4.4.2 O Sistema de Garantias e sua criação pelo CONANDA**

No ano de 2006, com intuito de agregar e fortalecer o Estatuto da Criança e adolescente é criado o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, reafirmando os direitos fundamentais da infância e da adolescência. O SGDCA é instituído pela resolução 113, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA em face da verificação das dificuldades existentes em garantir de forma integral a proteção à criança e ao adolescente.

O formato do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como objetivo a integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil, para assim garantir e operacionalizar os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil. Assim, têm-se os participantes diretos do SGDCA: conselheiros tutelares, promotores e juizes das Varas da Infância e Juventude, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham em entidades sociais e nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), policiais das delegacias especializadas e integrantes de entidades de defesa dos direitos humanos da criança e adolescente.

Diante da participação direta de vários órgãos, entidades, e profissionais de atuação direta e indireta, ocorreu a criação de três eixos estratégicos que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente: Defesa, Promoção de Direitos e Controle Social.

O primeiro dos três eixos é o eixo da defesa, que tem como objetivo principal o acesso à Justiça, à proteção legal dos direitos de crianças e adolescentes, assegurando a exigibilidade, impositividade, responsabilização de direitos violados e responsabilização de possíveis violadores. Nesse eixo temos os seguintes principais participantes: Varas da Infância e Juventude, Varas Criminais, as Comissões de Adoção, Corregedorias dos Tribunais, Coordenadorias da Infância e Juventude, Defensorias Públicas, Serviços de Assistência Jurídica Gratuita, Promotorias do Ministério Público, Polícia Militar e Civil, Conselhos Tutelares, Ouvidorias, Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, além de outras entidades e instituições que atuam na proteção jurídico-social.

O segundo eixo a ser apresentado é o eixo da promoção, que de uma forma transversal e intersetorial, é responsável por agir e transformar o que está previsto na lei em ações práticas. Nesse caso, pode-se citar o exemplo do eixo em face da educação, onde os professores, coordenadores pedagógicos e demais membros da comunidade escolar são os responsáveis pela promoção. Esse mesmo exemplo pode ser aplicado nas demais áreas que atuam diretamente ou indiretamente nos direitos da criança e do adolescente.

Por fim, o terceiro eixo é o de Controle e Efetivação de Direitos, nesse caso, aqui primeiramente citamos os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, além dos Conselhos Setoriais nas áreas afins, como Conselhos de Saúde, Educação e Assistência Social, que contribuem na formação de políticas públicas, para deliberar e veicular normas técnicas, reso-

luções, orientações, planos e projetos. No presente eixo, é realizada a monitoração, bem como a fiscalização das ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O controle não se torna exclusivo, pois também ocorre e é exercido por organizações da sociedade civil, sendo importante destacar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Poder Legislativo, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, sociedade civil, cidadãos e pelos Fóruns de discussão e controle social.

#### **4.4.3 Diagnósticos e reconhecimento**

O primeiro diagnóstico retirado de forma geral da atuação dos principais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente demonstra motivos para celebrar, uma vez que o balanço positivo, leva em conta os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Índices de um avanço estratosférico no que consiste a institucionalização e aprimoramento dos mecanismos de exigibilidade de direitos das crianças e dos adolescentes, demonstrando uma rede complexa e bastante ampla no que consiste o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assim, o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente recebeu o reconhecimento de diversos especialistas e entidades internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas – ONU, e do mundo acadêmico internacional, como sendo a maior intervenção sistêmica baseada nos direitos da criança e do adolescente existente no mundo.

#### **4.4.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

O facilitador dividirá os participantes em grupos e distribuirá trechos da Resolução 113/2006, que dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, ocorrendo primeiramente pelo facilitador uma explicação da resolução, bem como os aspectos legais e necessários no que tange o entendimento direcionado a sua aplicação junto aos direitos da criança e adolescente, posteriormente ocorrerá um debate moderado pelo facilitador e por fim a socialização.

### **4.5 Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** discussão em grupo com debate orientado pelo facilitador

**Material de apoio:** Apostila

O marco principal para as políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente são enfatizadas com o Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990. Sua abrangência vai desde a efetiva proteção da criança e do adolescente, como pela definição das garantias e deveres em prol destes.

O presente módulo tratará de apresentar o Estatuto da Criança e Adolescente, bem como realizará um aprofundamento teórico em determinados artigos e leis complementares que foram promulgadas posteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, bem com da Constituição Federal de 1988, com objetivo de efetivar e reger políticas de ações. Haverá ainda a apresentação das principais características que envolvem a estrutura dos conselhos e a captação de verba para o desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Haverá ainda a apresentação das principais características que envolvam a estrutura dos conselhos e a captação de verba para o desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

#### **4.5.1 Lei n.º 8.069, de 13/07/90 - artigo 260**

O Estatuto da Criança e Adolescente surge após a promulgação da Constituição Federal de 1988, sendo determinante da guiar e substanciar as ações que envolvem os direitos da crianças e adolescentes, nas esfera da proteção, promoção e punição de adolescentes que cometem atos infracionais análogos a crimes.

Nessa ótica de análise, o presente curso, tratará como enfoque necessário para o curso, o artigo 260 do referido diploma legal, que dispõe da capacitação de recursos ao fundo da criança e adolescente, ocorrendo dedução legal no Imposto de Renda do contribuinte doador.

A escolha desse artigo do Estatuto da Criança e Adolescente evidencia pela necessidade de recursos para ações voltadas ao interesse do público alvo, qual seja, as crianças e ado-



lescentes. A capacitação de fundos atingirá diretamente todas as esferas dos poderes, quais sejam, federal, estadual e municipal.

Essa capitação de recursos, poderá ser exercida tanto pelas pessoas físicas, como as pessoas jurídicas, sendo que ocorrerá diferença no percentual a ser destinado ao fundo da criança e adolescente, onde nos casos de pessoa jurídica a doação terá o limite máximo de 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devidamente apurada e com base no lucro real, e para os casos de doações oriundas de pessoas físicas, o valor salta para teto de 6% (seis por cento) do imposto de renda apurado nas declarações de imposto de renda anual.

As doações oriundas do exposto acima, seguirão como prioridades na utilização dos recursos, as disposições contidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância.

No que cabe a participação ativa, tem se ainda a participação dos conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, que irão fixar critérios de utilização, resguardando a aplicação de percentual em ações de acolhimento, no que consiste a guarda de crianças e adolescentes e também para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

Caberá ao Ministério Público através de sua atuação em cada cidade da fiscalização da utilização do fundo tratado no presente tópico, elencando as orientações e regras para acompanhamento da destinação e uso dos recursos.

#### **4.5.2 Lei n.º 8.242, de 12/10/91, art. 10**

Passado um ano após a entrada em vigor do Estatuto da Criança e Adolescente, foi sancionada a Lei 8.242/91 onde em seu artigo 10, altera o referido Estatuto, no que consiste os artigos 132, 139 e 260, que passaram a vigorar com nova redação.

As referidas alterações nas redações, ocorreram na esfera da estruturação do Conselho Tutelar e a sua forma de escolha para sua formação, estrutura e por fim adequa sutilmente as disposições contidas no artigo 260, que trata da doação através do imposto de renda.

Portanto, a nova redação dada ao artigo 132 do Estatuto define que em cada Município haverá, no mínimo um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

Nesse mesmo contexto, o artigo 139 com a sua nova redação define que o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

O artigo 260 mantém a redação no que consiste os percentuais acima apresentados, ocorrendo alteração no consiste a forma em que os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto sobre a Renda, sendo que o total das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas esferas nacional, estaduais ou municipais deverão ocorrer de forma devidamente comprovadas, obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República.

Cabendo agora ao Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos e ao Ministério Público determinar em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais.

#### **4.5.3 Constituição Federal do Brasil – CF 1988**

Com a promulgação da Constituição Federal do Brasil no ano de 1988, ficou estabelecido a enorme responsabilidade de ocorrer a atuação no que consiste a defesa das crianças e adolescentes, elevando ao status de cidadãs sujeitas de direito. Sendo detentoras de necessidade de atenção devido a formação que as cercam, tendo para tanto a indispensabilidade de ofertar carinho, proteção, amor e ações de promoção de políticas de garantias.

Temos em nosso ordenamento jurídico a Constituição como o mais importante conjunto de normas, sendo dela que há a determinação no que tange todas as atribuições e também limites das instituições, bem como os direitos dos cidadãos e os deveres inerantes ao Estado.

Reputada ainda como Carta Magna, a Constituição Federal do Brasil – 1988 é a lei suprema e fundamental em nosso país e se situa no topo de todo e qualquer o ordenamento jurídico, portanto, nenhuma outra lei poderá ir contrariamente ou em desacordo com o que determina e está contido nela.

A proteção a criança e adolescente contida na Constituição Federal Brasileira de 1988, vem determinando que haja “prioridade absoluta” no que compreende proteção da infância e na garantia de seus direitos, determinando ainda que não ocorra somente por parte do Estado, mas também oriunda da família e de toda a sociedade.

Em seu artigo 227, a Constituição destaca o que acima foi exposto, que é a garantia de forma prioritária os direitos das crianças e dos adolescentes. A partir daí, no ano de 1990, entra em vigor o Estatuto da Criança e Adolescente, que trouxe ao Brasil uma nova forma de concepção e ação sobre a infância, uma vez que é rompido o até então modelo punitivista utilizado.

A Constituição Federal de 1988 assim diante do caráter protecionista no que tange à criança e ao adolescente, consagra o utilização da doutrina da proteção integral, pois torna a criança e o adolescente, sujeitos de direitos, e principalmente tratando como pessoas detentoras de dedicação e proteção permanente, criando um novo marco no que representa a proteção infanto juvenil.

Com a adoção pela Constituição Federal do Brasil da proteção integral, as crianças e jovens, que estejam em qualquer situação, deverão ser protegidos e seus direitos garantidos, bem como terem reconhecidas todas as prerrogativas pertinentes aos adultos, não excluindo os direitos especiais provenientes de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento que agora devem ser assegurados pela família, Estado e sociedade.

Diante da alteração da concepção da criança e do adolescente anteriormente como menor em situação irregular e agora para pessoa que necessita de cuidados protetivos, finca a bandeira da proteção integral e não mais da doutrina de situação irregular anteriormente adotada pelo Brasil.

Agora crianças de até 12 anos incompletos e adolescentes dos 12 anos até 18 incompletos passam a ser considerados cidadãos, bem como possuidores de direitos, na situação diferenciada de pessoas em fase de desenvolvimento, causando por consequência a eliminação da rotulação, determinando e classificando agora todos como crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social. Dessa maneira, a Constituição Federal agora garante os direitos pessoais e sociais, pela criação de novos mecanismos de promoção e proteção que possibilitam o desenvolvimento físico, mental, psíquico, moral, espiritual, afetivo e social, em condições de liberdade e dignidade.

Vale ressaltar que antes da Constituição Federal de 1988, as crianças e adolescentes eram chamados e determinados como menores, vivendo ainda à margem de uma sociedade em estado de abandono legal, tendo apenas os menores em situações patológicas a atuação do Estado. Não existia ainda nenhuma determinação específica no que consistia os direitos fundamentais da criança e adolescente, ocorrendo a determinação a família da tutela dos menores, o que efetivamente significava a responsabilidade exclusiva em face do menor, retirando qualquer dever ou participação do Estado e da sociedade.

#### **4.5.4 Lei n.º 9.250, de 26/12/95, art. 12**

No que consiste a arrecadação para ações de promoção dos direitos da criança e do adolescente, temos a lei 9.250/95, que preconiza em seu artigo 12, que poderá ocorrer a dedução das contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos, aqui foco do presente estudo, o CMDCA, que tratará de avaliar e destinar os valores oriundos dos cidadãos que realizam as doações através da dedução no Imposto de Renda anual do contribuinte.

Esse mecanismo tem a função de buscar recursos com intuito de prover as ações em prol da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, sendo que tal captação tem grande valia e em alguns municípios é responsável pela quase integralidade dos valores aplicados nas ações do CMDCA.

Ainda se busca uma conscientização no que consiste a captação e destinação para o CMDCA, uma vez que é extremamente baixa a participação dos cidadãos no que consiste essa ferramenta de destinação, seja pela falta de conhecimento da existência ou pela falta de conhecimento da forma de realizar tal operação, e principalmente de compreender que nenhuma alteração no que consiste os valores pré existentes no Imposto de Renda terá qualquer alteração.

#### **4.5.5 Lei 13.204 de 14/12/2015**

Diante da necessidade de fomentar a política de ações em prol dos direitos da criança e do adolescente, a lei 13.204/2015, define as diretrizes para a política e a forma de colaboração com organizações da sociedade civil, ou seja, traz um modelo de condições para formatação da parceria e destinação de recursos e apoio nas atividades oriundas das organizações da sociedade civil.

Nesse sentido, foi criado e instituído pela referida lei o termo de colaboração e o termo de fomento, que tem como objetivo selar de forma consistente e com regras de aplicação e destinação as ações que envolvam a promoção de políticas de atuação em prol dos direitos da criança e do adolescente.

Poderá ocorrer a transferência de recursos ou não, podendo ser definidas formas diversas para a aplicação e destinação dos valores que serão destinados e utilizados na modalidade de promoção das políticas que envolvam os direitos da criança e do adolescente.

#### **4.5.6 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

O facilitador entregará trechos das leis para os participantes, após fará uma explicação no que tange a aplicação das mesmas conforme enfoque dado durante o módulo, dividindo em quatro grupos, os participantes trabalharão recortes destas leis e irão expor em seguida para o coletivo, apresentando as questões induzidas pelo facilitador, que ao final, fará um fechamento sobre a importância contida nestes documentos jurídicos e apresentados, estando cada grupo responsável pela análise de cada lei apresentada e posteriormente a análise já embasados com a apresentação por parte do facilitador.

### **4.6 Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE**

**Duração:** 2h

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio:** Apostila

#### **4.6.1 Criança e Adolescente na Legislação brasileira**

A criança e o adolescente na Constituição Federal 1988 recebem a concepção de sujeito de direito, garantidora de direitos por parte do ente público e pela sociedade em um todo. Em 1990, pouco mais de 2 anos após a Constituição Federal 1988, ocorre a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA, que chegou para regulamentar as questões a favor da criança e do adolescente contidos na Constitui-

ção Federal 1988, e a promover inúmeras ações de proteção, promoção e políticas, no que se referem aos direitos da criança e adolescente. O ECA é notoriamente reconhecido como exemplo internacional de modelo legislativo.

Assim, a Constituição Federal (1988) e o ECA (1990) reconhecem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e não mais como meros objetos de intervenção social e jurídica por parte da família, da sociedade e do Estado. A criança e o adolescente possuem o reconhecimento em caráter e condições especiais de desenvolvimento, detentores de todos os direitos que possuem os adultos e que sejam aplicáveis a cada fase e idade, pois, ainda não possuem capacidade de prover as necessidades básicas sem a existência de prejuízo do desenvolvimento pessoal, estrutural e cultural.

Portanto, ao se ter o reconhecimento da criança e o adolescente como prioridade absoluta, assumem-se o valor intrínseco e a valorização projetiva das futuras gerações. O valor intrínseco garante e é o pleno reconhecimento de que, em qualquer fase ou etapa do seu desenvolvimento, as crianças e os adolescentes são seres humanos na mais plenitude da acepção do termo. Já no que consiste ao valor projetivo, considera-se que cada criança e cada adolescente são portadores e propulsores do futuro do seu núcleo familiar, do seu país e da própria humanidade.

Inicialmente importante ressaltar que o Brasil possui uma política de divisão contida no ECA de acordo com a faixa etária. Considera-se infância, o termo criança, que se estende do nascimento até os 12 anos de idade incompletos; e o termo adolescente a partir dos 12 anos até 18 anos de idade. Após essa idade o indivíduo atinge a maioridade.

#### **4.6.2 Concepção de Criança e Adolescente**

Nesse contexto, temos uma percepção diversa no que compreende a Organização Mundial de Saúde - OMS, que tem como referencial da criança o período da infância entre o nascimento e os 10 anos de idade incompletos; e a fase da adolescência, dos 10 aos 20 anos. Portanto, a diferenciação entre os conceitos de criança e adolescente é baseada no critério da idade, não ocorrendo uma análise que leve em consideração os fatores psicológicos, cognitivos e sociais.

Conforme já apresentado acima, fica definido como criança a pessoa que tem até 12 anos incompletos, e o adolescente, o que se encontra na faixa etária dos 12 aos 18 anos de

idade. O legislador e a divisão atual proposta não levam também em consideração a evolução biológica do ser humano. Por esse motivo ocorrem inclusive variedades de limites etários que caracterizam as diversas fases do desenvolvimento em muitos países.

Não se pode deixar de destacar que a faixa etária seja quando criança, seja quando adolescente proposta em nosso ordenamento jurídico, quer caracterizar que ambas as faixas possuem peculiaridades e condições em desenvolvimento. Portanto, independente em qual etapa da vida se encontre o indivíduo, o respeito às políticas de proteção devem ocorrer de forma abrangente.

#### **4.6.3 Direitos Garantidos**

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que seja dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) trata ainda, de forma bastante prioritária, a preferência no atendimento, na proteção e no socorro à criança e ao adolescente, em quaisquer modos ou circunstâncias, inclusive na formulação e execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à criança e ao adolescente.

Essa proteção e garantia de preferencia ainda se aprofunda mais, quando verificado à disposição legal, que abre um leque de ações vinculadas. Entre elas, destaca-se que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Retira-se ainda no artigo 7, do ECA, que a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Já no que consiste a questão relacionada a saúde pública, além de estabelecer a necessidade de tratamento prioritário, informa que o adolescente com deficiência receberá atendi-

mento especializado, definido na obrigação do poder público de fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem de medicamentos, aparelhos, próteses e demais, outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

Ainda estabelece que os locais de atendimento e promoção da saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral dos pais ou responsáveis, em casos de internação de criança ou adolescente para tratamento.

A abrangência também é notada quando se tem a preocupação no ordenamento jurídico de proteger e acolher, nos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, que sejam obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

Afirma-se que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, além de garantir que toda criança ou adolescente tenha o direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Cabe ainda aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, e agir no interesse destes, cumprindo e fazendo cumprir as determinações judiciais. A insuficiência de recursos, ou mesmo a incompleta estruturação de materiais, não configura a perda ou mesmo a suspensão do poder familiar.

No que consiste a família natural, esta é formada pelos pais ou qualquer um deles e seus descendentes. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, sendo que sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido e a sua opinião devidamente considerada.

Consoante ainda no que consiste a criança e o adolescente frente ao ECA, esses têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio. É dever também, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência,



e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, dentre outros na esfera educacional, inclusive com eventuais programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A lei estabelece que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino e os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, bem como os elevados níveis de repetência.

Em razão da extrema dificuldade do brasileiro em continuar a estudar, pela frequente demanda da família na sua contribuição com ganhos salariais para ajudar no sustento, é vedado qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Considerando ainda a forma de aprendizagem, formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor.

Nota-se ainda que as famílias de baixa renda das crianças e adolescentes têm acesso a programa governamental que possui o principal objetivo de manter a criança e o adolescente no ambiente escolar, sendo que para tal ação, os pais ou responsáveis recebem uma valor monetário do Estado.

Ainda no que consistem os direitos das crianças e dos adolescentes observa-se que esses tenham direito ao acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Àqueles que forem menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsáveis.

No mesmo diapasão, as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público identificado pela presença de crianças e adolescentes, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.

É ainda vedada a venda à criança ou ao adolescente de produtos prejudiciais a sua formação e educação, dado, por exemplo, armas, munições e explosivos, bebidas alcoólicas ou produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

Diante de uma determinação ampla de garantias, pode ocorrer a pergunta, mas por que proteger nossas crianças e adolescentes?

Inicialmente pode-se considerar que seriam eles o futuro da nação, ou mesmo o futuro de um mundo melhor. Porém, antes dessa percepção de futuro, é necessário vivenciar o hoje, garantir o hoje, para assim, se pensar no amanhã e no futuro.

A evolução a qual todos os seres humanos estão inseridos é constante. Porém, a infância e a adolescência são momentos onde ocorrem as maiores mudanças quanto ao desenvolvimento físico e emocional. A fase pré-escolar, que contempla a criança até os 6 (seis) anos de vida é caracterizada pela formação de várias áreas cerebrais, o que demanda por consequência, proteção e cuidados ainda maiores por parte de pais, responsáveis, sociedade e Estado, aqui tratando o Estado, como garantidor de todas as ações de proteção e promoção de políticas públicas.

#### **4.6.4 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

Com os participantes divididos em três grupos, serão propostas situações envolvendo garantias no que consiste os direitos da criança e do adolescente, semelhantes ao cotidiano de atuação em uma situação hipoteticamente real, em que os participantes terão que propor soluções. Ao final se fará um debate, tendo o facilitador a função de moderador do debate. As situações a serem propostas serão as seguintes:

Grupo 1: Uma criança sofre um acidente estando andando de bicicleta na rua, tendo aparentemente escoriações e machucados nas mãos, joelhos e pés. Quais as medidas a serem tomadas em face da criança e seus direitos?

Grupo 2: A criança e adolescente em fase regular de estudos, tem quais direitos, e a quem cabe as ações seja pertinentes a ação ou omissão?

Grupo 3: A partir de qual idade é permitido o trabalho de forma de jovem aprendiz e por quais motivos não existe uma prematuridade no que consiste o trabalho em forma de aprendiz ao criança?.

## **4.7 Módulo 7: CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojeto e dinâmica

**Material de apoio: Apostila**

### **4.7.1 Os Conselhos**

Os conselhos municipais que possuem a identificação também de conselhos de políticas públicas, conforme se demonstra no presente trabalho, é uma das ferramentas que possibilita também a sociedade civil e cada cidadão uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas no Brasil. Triste é saber que a maioria da população nunca tenha ouvido falar desse tema, pois são pouco divulgados, ficando praticamente invisíveis para boa parte dos cidadãos.

A garantia e a presença dos conselheiros e das conselheiras nos conselhos é uma vitória para a cidadania. No ano de (2015), surgiu a campanha denominada “#OcupaConselho”, tendo como principal objetivo a fomentação e incentivo à participação dos conselhos existentes dentro do bairro e em seus municípios, além de conscientizar os indivíduos a respeito da enorme importância dos referidos conselhos para a população.

A Constituição Federal 1988 garante e determina a criação e existência dos conselhos. Nota-se que no artigo 29, inciso XII do referido diploma legal, encontram-se descritos as atribuições. Nesse artigo que se encontra a previsão legal para que ocorra a “cooperação das associações representativas no planejamento municipal”.

### **4.7.2 Os Conselheiros e as Conselheiras**

Os conselheiros e as conselheiras possuem grande valia na participação social, que é imprescindível para o exercício da cidadania, principalmente no que tange os direitos da criança e do adolescente. Visto que a sociedade civil possui um canal de aproximação com a esfera pública através dos conselheiros e das conselheiras, garante-se uma aproximação aos processos, ações e promoção das políticas públicas. Mesmo assim, ainda encontram-se muitas

pessoas que tem a falsa sensação de incapacidade, literalmente de pés e mãos atados no que se referem às decisões dos poderes públicos.

Fato é que a participação social ocorre em âmbito federal, estadual e municipal, e representa uma evolução para o cidadão e para toda a sociedade. Muito importante que os conselheiros e as conselheiras sejam respeitados e que seja garantida a eles a efetiva participação direta nas políticas públicas.

Importante ainda ressaltar que da mesma maneira que os conselheiros e as conselheiras estão devidamente submetidos aos princípios da administração pública, isso devido sua característica de entidade que realiza ações e atividades de interesse público e com o patrimônio público, os conselheiros e as conselheiras possuem funções públicas. Devem exercer suas funções com total responsabilidade ao praticar seus atos em consonância aos princípios da administração pública.

Assim, partindo da premissa que alguns princípios devem ser respeitados pelos conselheiros e as conselheiras, como deve ser, portanto, os conselheiros e as conselheiras em face da função pública exercida?

A resposta para essa indagação pode ser retirada da resolução 105 do CONANDA, que apresenta várias recomendações no que consiste o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA's e elenca alguns requisitos indispensáveis no que consiste o perfil dos conselheiros e das conselheiras dos conselhos dos direitos em todos os âmbitos, seja federal, estadual ou municipal.

Os requisitos contidos são: 1) Ter disponibilidade, tanto pessoal quanto institucional, para o exercício dessa função de relevância pública; 2) Estar em exercício da função ou cargo que disponha de condições legais para tomada de decisão, bem como, ter acesso às informações referentes ao órgão que representa; 3) Possuir capacidade política e técnica em relação a: direitos humanos, políticas e programas de garantias de direitos e orçamento público.

Dessa maneira, para o efetivo exercício da função pública por parte dos conselheiros e das conselheiras das suas atribuições, é imprescindível que tenham poder decisório e também a mobilidade e ações movidas pelo interesse público da defesa dos direitos sociais, como os direitos da criança e adolescente, não havendo espaço à defesa de qualquer interesse particular, pessoal e ou corporativo.

Diante disso, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para a gestão da coisa pública devem ser o norte da prática do conselheiro e da conselheira, reafirmando assim sua ética e moral. Portanto, cumprirá seu papel o conselheiro e a conselheira que tiver como guia os presentes princípios, aliado à aptidão.

Abaixo observam-se quadros<sup>3</sup>, que compõe a capacidade do conselheiro e da conselheira no que tange a representação e o poder de decisão:

QUADRO 1 – Do conhecimento do Conselheiro para exercício da função

<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA O GOVERNO</b>	<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA A SOCIEDADE CIVIL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ter conhecimento das políticas do âmbito federal, distrital, estadual ou municipal, de atenção à saúde, educação, assistência social, esportes, cultura e outras que asseguram os direitos humanos, tendo conhecimento da sua área de atuação para poder representar e articular com o poder público nos encaminhamentos e tomadas de decisões.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve ter conhecimento sobre as políticas públicas de atenção à população de referência do conselho – particularmente suas limitações e desafios – e capacidade de propor soluções fundamentadas.</li> <li>• Deve, por meio de encontros e reuniões periódicas, manter-se sintonizado com as organizações da sociedade civil, para que sua representatividade seja real e constantemente atualizada.</li> </ul>

No que se refere a capacidade de expressar e defender propostas:

QUADRO 2- Da representatividade do Conselheiro

<sup>3</sup> Este quadro e os seguintes estão disponíveis em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/dh/cc/2/representatividade.htm>, acessado em 29/02/2020.

<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA O GOVERNO</b>	<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA A SOCIEDADE CIVIL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma vez indicado pelo presidente, governador ou prefeito e ocupando um cargo de confiança, deve estar apto para defender o ponto de vista da administração pública, que, no entanto, não pode ser particularista, mas refletir e efetivar os valores republicanos e democráticos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O(A) conselheiro/a pode representar uma entidade ou organização da sociedade civil.</li> <li>• Ou dependendo do modo de escolha dos representantes da sociedade civil o/a conselheiro(a) pode não representar uma única organização da sociedade.</li> <li>• Ele(a) deve ser capaz de expressar e defender as prioridades eleitas por amplos setores sociais e a posição dos representados(as).</li> <li>• É importante definir com seus representados mecanismos de consulta e diálogo (reuniões, encontros, assembleias, estudos, pesquisas e outros) para não distanciar o representante do representado e este poder se alimentar constantemente das questões regionais, distrital, estaduais e municipais.</li> <li>• A definição das prioridades é construção social que o representante deve considerar e garantir para manter-se na condição de representante.</li> </ul>

No contexto que verse a respeito da capacidade de negociação:

QUADRO 3 – Da atuação do conselheiro em face sua representatividade

<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA O GOVERNO</b>	<b>CONSELHEIRO (A) QUE RE- PRESENTA A SOCIEDADE CIVIL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve estar disposto e/a preparado/a para ouvir as idéias, as críticas as críticas e sugestões dos(as) conselheiros(as) que representam a sociedade civil, procurando construir novas reflexões e propostas que devem ser pactuadas com os representados para fortalecer e qualificar a atuação do poder público.</li> <li>• Devem incorporar o melhor de ambas as partes (governo e sociedade).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deve estar disposto(a) e preparado(a) para ouvir as idéias e sugestões dos representados e dos/as conselheiros(as) governamentais. É fundamental que, sem perder de vista as prioridades que representa, esse/a conselheiro/a não caia no jogo fácil e pouco eficaz de só cobrar soluções imediatas e denunciar a administração pública federal, distrital, estadual ou municipal. É preciso saber convencer e negociar soluções viáveis.</li> <li>• Para que a negociação seja favorável às partes é necessário que o(a) representante(a) da sociedade tenha a confiança dos seus representados, tenha competência de conhecimento e de argumento, que saiba dialogar e construir consensos, para encontrar caminhos que avancem a política pública.</li> </ul>

No que tange a transparência e disponibilidade para informar:

QUADRO 4 – Do fornecimento de dados e vínculo de transparência e participação

<b>CONSELHEIRO (A) QUE REPRESENTA O GOVERNO</b>	<b>CONSELHEIRO (A) QUE RE- PRESENTA A SOCIEDADE CIVIL</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve oferecer aos conselheiros(as) que representam a sociedade civil todas as informações necessárias para a melhor deliberação e o correto controle das ações: diagnósticos, planos, projetos gestão administrativa, financeira e orçamentária da administração pública federal, distrital, estadual e municipal.</li><li>• Deve conhecer sua instituição para poder saber articular setores e áreas de modo a dar qualidade na atuação do poder público.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Além de oferecer aos conselheiros(as) que representam o governo todas as informações levantadas pelas organizações da sociedade civil, deve manter com essas organizações um intercâmbio constante e transparente de informações. Ele(a) está a serviço da comunidade e deve mantê-la informada.</li></ul>

Além das habilidades dos conselheiros e das conselheiras acima apresentadas, tanto governamentais como da sociedade civil, existem posturas e condições para o exercício da função pública na garantia dos direitos, bem como a importância em examinar, elencar e posteriormente encaminhar ações de cunho da defesa de violações nos casos identificados.

Mais que isso, importante ainda que os conselheiros e as conselheiras tenham habilidade de vistoriar e analisar os programas de atendimento à criança, ao adolescente e seu nú-



cleo familiar, com ênfase nos casos que existam ocorrências de violação de direitos. Aliado a habilidade de comunicação, os conselheiros e as conselheiras devem sempre atualizar seus conhecimentos e realizarem um trabalho de pesquisa e investigação para garantir informações verídicas, evidenciando assim segurança nas informações repassadas e garantindo às vítimas sigilo e proteção.

Ainda tratando das habilidades do conselheiro e da conselheira, importante que tenha a destreza de mediar conflitos, para garantir lisura e um caráter acolhedor, ao mesmo tempo em que não rotulem ou exponham opiniões próprias, e que em nada irão contribuir para a defesa dos direitos e a efetiva mediação.

Portanto, os Conselhos dos Direitos, na pessoa de seus conselheiros e suas conselheiras são esferas de representação da sociedade civil e do governo na forma de definição, na deliberação e também no controle de ações e de políticas públicas que possam assegurar os direitos civis, políticos e econômicos, bem como os sociais e os culturais. Os conselheiros e as conselheiras, portanto, são membros que representam a coletividade e sua correlação com os demais órgãos e com os diversos segmentos governamentais. Devem ter capacidade técnica, desenvoltura e postura ética no que diz respeito às demandas oriundas, bem como destreza para manter o diálogo em face de ações, demandas e pautas que surgirem no conselho e nas ações promovidas.

#### **4.7.3 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

O facilitador irá propor uma simulação de uma reunião do conselho dos direitos da criança e adolescente, onde os participantes atuarão como conselheiros. O facilitador apresentará uma pauta e conduzirá tentando mostrar aos participantes as dificuldades e principalmente as decisões geradas no cotidiano em face das situações que aportam na pauta das reuniões do conselho.

A pauta da reunião será:

- A) Análise da Planilha do motorista Conselho Tutelar Novembro/2019;
- B) Análise da Planilha de motorista Conselho Tutelar Noturno de Novembro/2019;
- C) Análise do Relatório de Atendimentos referente à novembro/2019 – Conselho Tutelar;

- D) Analise da escalas de Trabalho e Plantão de dezembro/2019 – Conselho Tutelar;
- E) Analise da Resolução CONANDA nº 202, de 21 de novembro de 2017, sobre a convocação da XI Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e VIII Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- F) Analise e primeiras deliberações a respeito da Eleição do Conselho Municipal – Gestão 2021/2023, término da atual gestão 12/12/2020;
- G) Analise das informações sobre Depósitos/saldos feitos para o FIA e destinação de recursos;
- H) Analise da denúncia a respeito da falta de atividades na Escola Municipal do Município no que consiste proteção a criança e adolescente;
- I) Analise da prestação de Contas Final Edital FIA – Projeto Olhos de Amor;
- J) Outros Assuntos e Informes pertinentes.

#### **4.8 Módulo 8: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**

**Duração: 2h**

**Recurso didático:** exposição oral com utilização de retroprojektor e dinâmica

**Material de apoio: Apostila**

##### **4.8.1 História**

Diante da criação e efetividade do orçamento participativo em algumas cidades, como por exemplo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém, algumas lideranças de associações ligadas a bairros começaram a interagir e participar de forma mais intensa do sistema político da sua localidade. Dessa forma, percebe-se uma mudança no direcionamento e foco da participação de meados dos anos oitenta a meados dos anos noventa do século XX.

A primeira metade da década de oitenta no Brasil foi marcada pela sociedade civil diretamente ligada à preocupação com a sua autonomia, a democratização das políticas públicas e o estabelecimento de maneiras e formas de controle público sobre o Estado, preocupações estas que inspiraram o marco analítico sobre a questão da autonomia.

Com a existência desse enorme trabalho de extensão e de participação de organizações da sociedade civil no interior do Estado, nas áreas de políticas públicas, o foco passava a ser como manter sua autonomia em relação ao Estado.

Conforme se extrai da leitura, no texto “Sociedade Civil e Participação Social” na década de setenta de AVRITZER, surge no Brasil, o que é chamado por ele de “sociedade civil autônoma e democrática”. Nos anos oitenta é ainda possível notar uma forma mais consolidada e robusta de associativismo, o que leva em direção à necessidade de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente.

#### **4.8.2 Conceito**

O Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente - CMDCA é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. É deliberador, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei nº 4.231 de 29/11 de 1990.

Além de formulador das Políticas Públicas, é também atribuição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos, zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente.

O CMDCA funciona através das Assembleias regulares, abertas à participação pública ou através das Câmaras Técnicas que são Grupos de Trabalho que analisam os temas para posterior deliberação da plenária.

O CMDCA é um órgão previsto no Estatuto da Criança e Adolescente e criado pela lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Este tipo de conselho só se tornou possível a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988, que garantiu os direitos da criança e do adolescente, inovando com a introdução da participação do cidadão na formulação, implementação e controle social das políticas sociais, conforme já apresentado. Nesses termos, a Constituição prevê a participação da sociedade civil através de órgãos colegiados atuando juntamente com o Estado, o que lhe confere um status de Sociedade Civil Mista.

O CMDCA possui suas funções destinadas aos interesses da criança e do adolescente, na esfera das políticas sociais que os envolvam direta ou indiretamente. Segundo o artigo 88

do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho é responsável por deliberar e controlar todas as decisões no âmbito infanto-juvenil, sobretudo as referentes às políticas sociais. Nesse sentido, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atua como gestor de políticas públicas.

O Estatuto de Criança e do Adolescente determina a criação do CMDCA em todos os municípios do país, sendo que a presença nos municípios já é uma prática bastante consolidada.

Para Avritzer (2006) os conselhos (CMDCA, por exemplo) e o orçamento participativo são mecanismos consolidados pela Constituição Federal de 1988, que se destacaram no Brasil.

#### **4.8.3 Estrutura**

A estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é formada por representantes da sociedade civil (50%) e por representantes do poder público (50%), constituindo-se em uma sociedade civil mista não estatal, a qual possui dificuldades e falta de estrutura física e de pessoal. Não há qualquer tipo de remuneração aos seus membros, como dispõe o artigo 89 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo um órgão de interesse público, voltado para ações de políticas públicas e sociais de interesse da criança e adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui a autonomia para formular, defender direitos e promover políticas na esfera das ações públicas. Uma característica relevante do CMDCA é a possibilidade de normatização de parâmetros e definidores

Diante disso, cumpre questionar:

*Como o CMDCA atua como gestor de políticas sociais juntamente com o Estado na promoção dos direitos da criança e adolescente? Também, quais são as conquistas e os impasses desse modelo misto de gestão pública?*

de diretrizes de políticas, na perspectiva da garantia dos direitos humanos.

#### **4.8.4 Como está na lei**

Conforme se extrai da Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu capítulo VII, artigos 226 e 227, é papel do Estado ser formulador de políticas sociais na área da infância e juventude com o intuito de promover o pleno desenvolvimento social, físico e psicológico dos

adolescentes e crianças. Além disso, fomentar e implementar ações para coibir e atuar contra a violência no âmbito familiar e social.

Nesse mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Livro II, artigo 87, capítulo III, propõe como linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente: a violação ou ameaça aos seus direitos, indiferente a motivação, quais sejam negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, praticados por pais, responsáveis ou mesmo terceiras pessoas.

Assim, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, é dever do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituir práticas democráticas que garantam a autonomia dos conselheiros através do diálogo plural e amplo, capaz de exercer funções e atribuições de natureza deliberativa, com propostas que beneficiem a criança e o adolescente.

Esse dever ainda abrange a necessidade de criação de condições em que ocorra a efetivação da participação e controle social, sendo O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA responsável em analisar e negar toda e qualquer postura autoritária por parte do poder público constituído, contribuindo para viabilização de políticas públicas.

Na visão de Paz (2006), é a partir do fortalecimento dos sujeitos sociais que haverá a construção de esferas públicas, de forma que, os conselhos não serão efetivos se governos e sociedade civil não estiverem presentes ativamente, movidos pelo interesse público.

É preciso ainda, como diz Benevides (2000), uma verdadeira educação para a Democracia, possibilitando ao cidadão participar ativamente das decisões de interesse coletivo.

Os objetivos verificados aqui confirmam serem desafiadores, pois unem a necessidade de motivação no que consiste a participação, bem como de criar uma cultura política na comunidade e na população em geral, para que haja um engajamento e mudanças na forma de propositura e condução da coisa pública, através da efetiva participação e controle social pelos conselhos, aqui no presente caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente.

Benevides (2000) chama a atenção e dá enfoque para a enorme necessidade daquilo que define como “educação para a democracia”, entendido como um movimento educacional

político, capaz de enfrentar o “descrédito, o desinteresse, o egoísmo político e o desencanto com a própria idéia de democracia”.

O descaso e desprezo pela política, sempre foram e são, de uma forma geral, a ameaça à democracia brasileira, tendo raízes profundas em nossa trajetória histórica. Isso tem demonstrado a fragilização de todos os movimentos sociais de caráter emancipatório, necessitando urgentemente de ser enfrentada, com engajamento e participação de forma a cuidar da questão pública, garantindo efetivamente as funções descritas no ordenamento jurídico brasileiro.

Arelado à necessidade de proteção e produção de políticas públicas que envolvam o direito da criança e do adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, torna-se indispensável e de suma importância, havendo para tanto a necessidade de uma expressiva participação popular e da efetividade da democracia participativa.

#### **4.8.5 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento**

Será colocada a questão para debate: cumpre questionar como o CMDCA atua como gestor de políticas sociais juntamente com o Estado na promoção dos direitos da criança e do adolescente? Também, quais são as conquistas e os impasses desse modelo misto de gestão pública?

Em seguida será encerrado o curso, com a entrega do questionário para a avaliação do curso pelos participantes.

## 5 AVALIAÇÃO

O presente questionário de avaliação foi desenvolvido pelo autor do presente curso. É constituído por dezenove perguntas, tendo como embasamento científico questões encontradas na literatura científica pertinente. A partir da análise da avaliação pelos participantes, será realizado enquadramento no qual levará em consideração as respostas para melhoria e aperfeiçoamento do curso para as futuras turmas.

1 - Você é:

- ☐ Conselheiro
- ☐ Membro da sociedade civil
- ☐ Membro do estado
- ☐ Membro do mercado
- ☐ Outro. Qual? \_\_\_\_\_

SOBRE O CURSO NO GERAL, QUANTO A(0):

2 - Clareza dos objetivos

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

3 - Conteúdo programático

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

4 - Adequação da carga horária ao conteúdo programático

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

5 - Equipamentos e material didático nas aulas

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

SOBRE O PROFESSOR DO CURSO, QUANTO A(O):

6 - Domínio do conteúdo programático

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

7 - Capacidade de exposição dos conhecimentos

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

8 - Preocupação com a aprendizagem

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

9 - Métodos didáticos empregados

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

10 - Cumprimento do programa proposto

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

11 - Presença (assiduidade)

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica



12 - Pontualidade

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

#### SOBRE VOCÊ MESMO

13 - Seu interesse pelo curso foi:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

14 - Seu conhecimento anterior para acompanhá-lo era:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

15 - Seu aprendizado no curso foi:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

16 - Grau de dificuldade que sentiu no curso:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

#### QUESTÕES GERAIS

17 - O curso motiva a procura de novos conhecimentos?

- ☐ Sim
- ☐ Não

18 - O curso fornece conhecimentos relevantes para a sua formação e atuação?

- ☐ Sim
- ☐ Não

19 - Você recomendaria a um(a) colega fazer este curso?

- ☐ Sim
- ☐ Não

SUGESTÕES:

---

---

---

---

---

## CONCLUSÃO

Nessa proposta de curso foi evidenciada a sociedade civil, as políticas públicas, a participação social e a democracia participativa, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Demonstrou também que os movimentos sociais e a sociedade civil tiveram mudanças radicais na década de 1980, que foram pautadas na participação ativa e no fortalecimento na mobilização civil. Esses fatos foram responsáveis pela conquista de novos direitos sociais, resultando em uma redemocratização baseada nos direitos do cidadão e na proteção do direito à participação social.

Dessa movimentação, das novas políticas sociais e dos novos movimentos sociais, surgiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, que atua como forma garantidora da inclusão de direitos e participação popular no que consiste o tema criança e adolescente.

A participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e posteriormente a criação dos Conselhos, foram formas de garantir a abertura política e cultural de participação da população nas decisões públicas; e importantes para a descentralização do Estado no sentido governamental.

Garantir a participação dos movimentos sociais e da sociedade em um todo de forma eficaz é elemento indispensável para a democracia, sendo a engrenagem para o combate e erradicação das desigualdades sociais, culturais e políticas.

Indiscutivelmente, o avanço da participação da sociedade civil no processo de gestão das políticas públicas, o poder deliberativo dos conselhos e o controle exercido de forma popular sobre esse processo, significam um avanço em termos de conquistas de participação da sociedade de forma democrática.

## BIBLIOGRAFIA

- ABERS, R. N. e KECK, M. "Muddy Waters: Decentralization, Coordination and Power Struggle in the Brazilian Water Management Reform". *International Journal of Regional and Urban reform*. Vol. 30, number 3, 2006.
- ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.
- AMPOS, Luiz Augusto & FERES, João. *Ação Afirmativa, Comunitarismo e Multiculturalismo. Relações necessárias ou contingentes*. RBCS, Vol. 29, nº84, fev./2014.
- ARATO, A. "Civil Society vs. the State: Poland 1980-81", *Telos*, nº 47, Spring, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Civil Society, Constitution and Legitimacy*. New York, Rowman and Littlefield Publishers, 2000.
- ARRETCHE, M. *Relações Federativas na Política Sociais*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, p. 25- 48, set./2002.
- AVRITZER, Leonardo. *Modernity and Democracy in Brazil: an Interpretation of the Brazilian Path of Modernization*. Tese de doutorado. New School for Social Research, Nova York, 1993.
- AVRITZER, Leonardo. *A moralidade da democracia*. São Paulo, Perspectiva/UFMG, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Wilson Press/John Hopkins University Press, 2008.
- AVRITZER, L. ZANDER, N. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- AVRITZER, Leonardo (org.) *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2010.
- AVRITZER, Leonardo (org.) *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- AVRITZER, Leonardo. *O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balance crítico*. In.: AVRITZER, L.; NAVARROA, Zander (orgs.) *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2003.
- AVRITZER, Leonardo. *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova, nº 39. 1997.
- BARRENECHEA, Beatriz Gómez. *Murejes indígenas latino-americanas: procesos organizativos y gestión de demandas ciudadanas*. In: LACHENAL, Cécile & PIRKER, Kristina. *Movimientos sociales, derechos y nuevas ciudadanías en América Latina*. Mexico, Editora Gesida, 2012.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENEVIDES, M. V. *Educação em direitos humanos: de que se trata?*. 2000. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em Direitos Humanos: de que se trata?* Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 18 de fevereiro, 2000.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

- BRASIL. «Políticas Sociais São Eficazes Para Enfrentar as Crises». [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Consultado em 22 de junho de 2018.
- CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? *Agenda Social*. v.1, n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862 75.
- CEJA, Concepción M. “La política social mexicana de cara a La pobreza”. *Geo Crítica SCRIPTA NOVA*, Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales, Universidad de Barcelona, VOL III, num. 176, noviembre de 2004, p. 48-49.
- COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass., MIT Press, 1992.
- COHN, Amélia. «POLÍTICAS SOCIAIS E POBREZA NO BRASIL». Planejamento e Políticas Públicas, 14 de outubro de 2009.
- COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)*, São Paulo, no 43, p. 3-26, 1997. Acessado em 13/11/2019.
- \_\_\_\_\_. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, no 38, p. 38-52, 1994. Acessado em 05/10/2019.
- COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1997, vol.12, n.35, pp.-. ISSN 0102-6909.
- DAGNINO, E., *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. and PANFICHI, A. (eds.). *A Disputa pela construção democrática na América Latina*. S. Paulo: Paz e Terra, 501pp, 2006.
- Draibe, S. and M. Riesco (2006). "Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea." *Cadernos NEPP UNICAMP*(77).
- DRAIBE, Sônia Miriam. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma? In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Org.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Ed. UnB; Enap, 1997
- FILGUEIRAS, Fernando. *Estado, Multiculturalismo e reconhecimento*. Belo Horizonte, 2009.
- GOHN, M. G. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- \_\_\_\_\_. O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 10. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.
- \_\_\_\_\_. Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina. *Caderno CRH*, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.
- HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, 36, 39-53, 1995.
- KEANE, J. *Democracy and Civil Society*. Verso, London, 1988.
- KEANE, J. *Civil society and the State*. London: Verso, 1988a.
- \_\_\_\_\_. *Civil society and democracy*. London: Verso, 1988b.

- \_\_\_\_\_. Civil Society : Old Images, New Visions, Stanford: Stanford University Press, 1998.
- KYMLICKA, Will. Cidadania Multicultural. Uma teoria liberal dos direitos da Minoria. Barcelona, editora Paidós, 1996.
- LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)
- LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre* / Lígia Helena Hahn Lückmann. Campinas, SP: (s. n.), 2002. Orientador: Rachel Meneguello. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
- MAINGÓN, Thais. Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica, Caracas, Venezuela: Cuadernos Del Cendes N° 19, enero/abril 1992.
- MORONI, José A. O direito à participação no governo Lula. In Avritzer, Leonardo (2009). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez, 2009.
- PAOLI, Maria Celia. As Ciências Sociais, Os Movimentos Sociais e a questão de gênero. Novos Estudos Cebrap, nº 31, outubro/1991.
- PELCZYNSKI, A.Z.; 1984; "The Significance of Hegel's separation of the state and civil society" pp1-13 em Pelczynski, A.Z. (ed.), The State and Civil Society; Cambridge University Press, 1984
- PUTNAM, Robert D. Comunidade e sociedade: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do “familismo amoral” de Banfield. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, no 29, p. 35-48, 1995.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas (Os Pensadores, vol. 1). Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SADER, E. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- Scherer-Warren, Ilse. Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil, contemporâneo. vol. 1. Lisboa/Florianópolis: Socius/Edufisc. 2002.
- SILVA, A. A. "A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania". *Espaço & Debates*. São Paulo: v. 10, n. 30, p. 28-41, 1990.
- SILVEIRA, Ricardo J. O significado da participação no poder local. In: Revista Cultura. Rio de Janeiro: Vozes, n. 5, 1994.
- SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.

- SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul./2013 dez./2006.
- TATAGIBA, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In : DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo : Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. A institucionalização da participação : os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In : AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo : UNESP, 2004.

## APÊNDICE



# **CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COMO GESTORA DE POLÍTICAS SOCIAIS NA ESFERA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA**



**Organizadores**  
**Dimas Tadeu de Souza Castro**  
**Prof Dr Davidson Afonso de Ramos**

Busca-se capacitar os interessados da população em atuar no sistema de gestão mista (gestores públicos e sociedade civil) para a criação e promoção de políticas sociais, no intuito de se fazer cumprir os direitos das Crianças e dos Adolescentes. Objetiva-se também, apresentar para a comunidade a possibilidade de sua participação nas políticas públicas, enfatizando a atuação no CMDCA.

O curso aborda questões históricas, bem como aproxima a discussão dos temas à realidade da sociedade civil mista como gestora de políticas sociais.

Serão discutidos elementos teóricos e práticos a fim de permitir um melhor entendimento da política social, e a ligação desta com a questão da participação social.

- Público-Alvo: Sociedade, gestores, líderes comunitários e interessados na temática
- Carga Horária: 16h
- Modalidade: presencial
- Vagas: 30



Disponível em: <https://nossacausa.com/forca-da-sociedade-civil-organizada-como-vetor-de-transformacao-social/>

Existe com o presente curso a expectativa de que surja de forma natural a curiosidade a respeito do tema, bem como o interesse em procurar por mais informações e as suas associações à vida cotidiana. Pois, sabe-se que experiência de vida que cada participante traz para consigo é a ferramenta necessária para o sucesso do presente curso. Dessa maneira, acredita-se que este curso cumprirá com uma importante e necessária demanda, representado pelo debate social, de forma a contribuir para a melhora na qualidade de vida dos indivíduos.



Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/noticias/nota-publica-abong-sociedade-civil-organizada-autonoma-e-atuante-e-base-da-democracia/>

Como complemento, o curso visa:

- Debater a democracia participativa no contexto do CMDCA
- Entender o sistema de garantias e os princípios de gestão mista;
- Conhecer a legislação nacional sobre gestão mista e sistema de proteção; e
- Refletir sobre a ação do CMDCA em relação das políticas públicas nacionais.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### Módulo 1: Sociedade Civil

1. Conceito
2. Sociedade Civil no Brasil
3. Exemplos de atuação da Sociedade Civil
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 2: Políticas Sociais

1. Conceito
2. Políticas Públicas
3. As Políticas Sociais para a Criança e Adolescente
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 3: Democracia Participativa

1. Conceito
2. História da participação e movimentos sociais
3. Participação Social
4. Políticas Sociais e Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA no contexto da participação política
5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 4: Sistema de Garantias

1. O Sistema de Garantias de Direitos no Brasil
2. O Sistema de Garantias e sua criação pelo CONANDA
2. Diagnóstico e Reconhecimento
3. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 5: Legislação Nacional de Gestão Mista

1. Lei n.º 8.069, de 13/07/90 – art. 260
2. Lei n.º 8.242, de 12/10/91, art. 10
3. Lei n.º 9.250, de 26/12/95, art. 12
4. Lei nº 9.532, de 10/12/97, art. 10, art. 22
5. Instrução Normativa/SRF nº RFB nº 1.311 de 31/12/2012
6. LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012
7. LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014
8. Lei 13.204 de 14/12/2015
9. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 6: Criança e Adolescente

1. Criança e Adolescente na Legislação brasileira
2. Concepção de Criança e Adolescente
3. Direitos Garantidos
4. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 7: Conselheiros e Conselheiras

1. Os Conselhos
2. Os Conselheiros e as Conselheiras
3. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

### Módulo 8: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA

1. História
2. Conceito
3. Estrutura
4. Como está na lei
5. Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

## Módulo 1: SOCIEDADE CIVIL

A definição de sociedade civil adotada é apresentada pelo Centro para a Sociedade Civil da London School of Economics:

Sociedade civil refere-se à arena de ações coletivas voluntárias em torno de interesses, propósitos e valores. Na teoria, as suas formas institucionais são distintas daquelas do estado, família e mercado, embora na prática, as fronteiras entre estado, sociedade civil, família e mercado sejam frequentemente complexos, indistintos e negociados. A sociedade civil comumente abraça uma diversidade de espaços, actores e formas institucionais, variando em seu grau de formalidade, autonomia e poder. Sociedades civis são frequentemente povoadas por organizações como instituições de caridade, organizações não governamentais de desenvolvimento, grupos comunitários, organizações femininas, organizações religiosas, associações profissionais, sindicatos, grupos de autoajuda, movimentos sociais, associações comerciais, coalizões e grupos activistas (Cópia da definição da London School of Economics, no sítio da Biblioteca Britânica).

### Não se esqueça:

*A sociedade civil é composta por cidadãos que de forma organizada e institucionalizada civilmente, através de ações voluntárias, constituem os alicerces de uma sociedade dinâmica. A sociedade civil, na prática, se coloca em oposição às estruturas do Estado com o objetivo de garantir direitos, demandas de coletivos, muitas vezes alijados do processo de escolha.*

A partir da Constituição Federal de 1988, o cidadão brasileiro passa a ter o direito de participar e exercer o controle social no que diz respeito ao processo de formulação e implementação das políticas públicas. Neste sentido, a atual carta constitucional aponta para uma nova relação entre Estado e sociedade civil no âmbito da gestão pública.



Disponível em:

<https://static.poder360.com.br/2019/01/ONG-Brasil-569x420.png>

Portanto, a presente definição de sociedade civil, traz de forma prática e direta a concepção do termo e traduz a participação popular, seja de forma pessoal ou em meio a grupos, organizações, instituições entre outras, após a promulgação da Constituição Federal de 1988.



## Módulo 1: SOCIEDADE CIVIL

### Um exemplo de atuação da Sociedade Civil:

#### O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – OP

A sociedade civil destaca-se pela atuação no Orçamento Participativo, que é uma maneira na qual o ente governamental garante para a sociedade civil sua participação nas decisões e também a influência em respeito dos orçamentos públicos. Esta participação ocorre no que tange as ações do orçamento dos investimentos governamentais municipais e de interesse local, como, obra de infraestrutura, saneamento básico, entre outras ações.



Disponível em: [https://lh3.googleusercontent.com/proxy/ev\\_c-gmbxVbv9\\_evKqWmiaQfLhf6Ao\\_tGQAKT0ITbXFNDUUsFZ\\_pWx-UI-IP\\_51nUezNXpcRqyNZ6r5Hk7UsuOypXENZbm7GjvmRtkD3kWKIAw\\_RKELk8b3\\_I0d04RUc\\_ZR7dyINqm9R2rExRFbFICox9\\_FsbVDfWwA](https://lh3.googleusercontent.com/proxy/ev_c-gmbxVbv9_evKqWmiaQfLhf6Ao_tGQAKT0ITbXFNDUUsFZ_pWx-UI-IP_51nUezNXpcRqyNZ6r5Hk7UsuOypXENZbm7GjvmRtkD3kWKIAw_RKELk8b3_I0d04RUc_ZR7dyINqm9R2rExRFbFICox9_FsbVDfWwA)

A participação da sociedade civil na forma de orçamento participativo, traz como um dos pilares o interesse e a formação da cultura democrática em face da comunidade, bem como o amadurecimento e fortalecimento da sociedade. O orçamento participativo tem sua forma de funcionamento através de assembleias abertas e periódicas, incluindo também etapas de negociação direta com o governo. Após isso, ocorrem as deliberações nessas assembleias, que são consideradas na elaboração das propostas da lei orçamentária anual, que então serão encaminhadas para a câmara municipal.

### Um outro exemplo de atuação da Sociedade Civil:

#### PROTESTOS DE JUNHO DE 2013

As manifestações tiveram como marco, protestos em São Paulo – SP, movidos pela insatisfação popular referente ao reajuste da passagem do transporte público, tomando uma grande proporção após os indivíduos terem sido reprimidos com truculência pela polícia. Tal ação de repressão serviu como estopim, dando aos movimentos projeção, ganhando simpatia da população e originando a maior manifestação de rua desde o impeachment do presidente Fernando Collor, em 1992. Essas articulações foram divulgadas e realizadas através de redes sociais, aplicativos de mensagens, boca a boca, e marcada pela horizontalidade e diversidade das demandas. Houve uma maciça participação da população de diversos setores sociais, em âmbito nacional, com adesão superior a 200 cidades, entre elas, todas as capitais do país. A participação popular nas manifestações trouxe propostas para os diversos poderes públicos nas diversas esferas governamentais.

## Módulo 2: POLÍTICAS SOCIAIS

As políticas sociais são mecanismos indispensáveis à sociedade, garantindo acesso e defesa às pessoas em situação de risco, dentre outras. Elas são destinadas com maior ênfase às camadas de menor renda e capacidade econômica da sociedade, em situação de pobreza ou pobreza extrema. Buscam principalmente o desenvolvimento econômico, a redução e/ou a eliminação da pobreza, a redução da desigualdade econômica e a redistribuição de riqueza e de renda. São mecanismos indispensáveis à sociedade, garantindo acesso e defesa às pessoas em situação de risco, dentre outras. Além disso, a promoção das garantias e políticas sociais de ação voltadas à sociedade pode traduzir a participação popular de forma ativa, fortalecendo o Estado Democrático de Direito.

### Políticas Públicas

As políticas públicas aplicadas pelo governo partem do desdobramento do Welfare State, como soluções para os problemas de cidadania. Uma definição clássica sobre o termo é atribuída a Lowy Rezende (2004) (apud ARRETCHE, 2004): política pública é “uma regra formulada por alguma autoridade governamental que expressa uma intenção de influenciar, alterar ou regular o comportamento individual ou coletivo”.



Disponível em: <https://nossacausa.com/forca-da-sociedade-civil-organizada-como-vetor-de-transformacao-social/>

## As Políticas Sociais para a Criança e o Adolescente

As políticas sociais no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA são implementadas e garantidas através de ações que resultem na aplicação de recursos com prioridade na infância e adolescência. Uma vez aprovadas as decisões do CMDCA, essas vinculam a administração pública a cumpri-las, em caráter prioritário, tudo conforme dispõe o art. 4º, caput e parágrafo único, do Estatuto da Criança e Adolescente - ECAe art. 227, caput da CF/88.

### ECA

*Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.*

*Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:*

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

### CF/88

*Art. 227º - É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.*

### Módulo 3: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

Tem-se hoje a democracia participativa, como uma linha de pensamento que entende a participação como uma ferramenta necessária para a intervenção do cidadão na tomada de decisões e de controle do exercício do poder. Dito de outra maneira é uma forma de controle exercido pela sociedade civil sobre a administração pública, podendo ainda apresentar outras formas variadas, como por exemplo, o plebiscito. Este pressupõe a atuação direta por parte da sociedade civil em face de um tema proposto pelo ente governamental.



Disponível em: <https://cliquediario.com.br/artigos/nossa-democracia-participativa>

*Portanto, a democracia participativa é uma forma de exercício de poder, baseada na participação do cidadão nas tomadas de decisões políticas.*

### História da participação e os movimentos sociais

Gohn (2003) destaca que a história dos Conselhos é tão antiga como a história da democracia participativa que tem início a partir dos Clãs Visigodos. Uma primeira experiência de Conselho Popular ocorreu em 1871, em Paris. Outras experiências ocorreram na Rússia (1905), Turim, (1906), Barcelona, (1934-37). No Brasil, houve uma maior garantia da participação através dos conselhos a partir da Constituição Federal 1988 - CF. No entanto, há registros da criação do primeiro conselho em 1937, sendo este o Conselho Nacional de Saúde. Após isso, foi criado em 1971 o Conselho Federal de Educação. Porém, com a redemocratização do Brasil, no final da década de 1970 e início da década de 80, começaram a ocorrer as primeiras discussões sociais, onde se destacou o papel dos Conselhos que ali começaram a se formar, mesmo que de forma embrionária.



Disponível em:  
<https://i1.wp.com/direcionalescolas.com.br/wp-content/uploads/2015/09/council.jpg?fit=650%2C350&ssl=1>



## Módulo 3: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

### Participação Social

Será da sociedade civil que surgirá as principais formas de participação social. No Brasil, a participação popular em conjunto com a administração pública tornou-se essencial após a Carta Magna promulgada em 1988 (Constituição Federal, 1988). Este foi o ano em que, através da nova postura legal surgida com o novo ordenamento jurídico, consolidaram-se as garantias fundamentais ao cidadão, descentralizando o poder, anteriormente apenas regido pela Máquina Estatal, passando a ter uma efetiva participação da sociedade civil.



Disponível em:

<https://lh3.googleusercontent.com/proxy/e0u6smmYXBC4fNzcg3W8CFgogb8HUVYSWkxwvcO6FZVsdvrKccXly9PyTw5ld2jkwT7gN4hxAfFrISNV6pvzcFE2ZJE7hg>

A participação da sociedade civil brasileira ressurgiu no período o qual o regime militar autoritário brasileiro permitiu e deixou de exercer com repressão vários tipos de reuniões públicas de associações sem fins lucrativos. Nesse período, foi possível que estudantes e profissionais de diversas áreas, entre elas a advocacia, reformulassem seus movimentos de luta e classe.



Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/politica-de-participacao-social-instrumento-de-cidadania-para-a-reforma-politica>

Durante o período da década de 1980, é possível notar principalmente dois fenômenos relacionados à organização da sociedade civil. O primeiro é o crescimento quantitativo do número de associações ligadas às questões envolvendo a implementação de políticas públicas direcionadas aos pobres. O segundo fenômeno traz à tona a sociedade civil podendo lidar com políticas públicas de forma altamente independente do Estado.

### Políticas Sociais e Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto da participação política

Com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente, ocorreu a efetiva implementação de políticas sociais pertinentes aos direitos da Criança e do Adolescente. A determinação de criação do CMDCA em todo o país garantiu à sociedade, a participação e controle social das políticas sociais, através dos conselhos.

### Módulo 3: DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, estabelece ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, uma série de direitos sociais e individuais como o direito à vida, à saúde, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, entre outros, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, assegurou, ainda, que no atendimento desses direitos levar-se-á em consideração a descentralização político administrativa e a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis (art. 227, § 7º c/c art. 204, CR/88).

Nesse cenário, a democracia participativa toma molde, e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considerando as diretrizes de descentralização político-administrativa e municipalização do atendimento, previu a instituição dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos e de controle das políticas públicas voltadas para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes no âmbito municipal (art. 88, inciso II, ECA).

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente são a realização do princípio da democracia participativa na área da criança e do adolescente, tendo em vista que asseguram a participação da sociedade na deliberação das políticas públicas voltadas para esse público, na medida em que metade de seus membros é constituída por representantes da sociedade civil.

DIREITO A IGUALDADE,  
SEM DISTIÇÃO DE RAÇA COR E  
RELIGIÃO OU NACIONALIDADE.



Disponível em:

<https://image.slidesharecdn.com/direitosdascrianas-111026204900-phpapp02/95/direitos-das-crianas-2-728.jpg?cb=1319662177>





## Módulo 4: O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SGDCA

### O Sistema de Garantias de Direitos no Brasil

O Sistema de Garantia de Direitos se constitui pela articulação e a integração de instituições e instâncias do poder público. Estes atuam na aplicação de mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos. A integração entre estado e sociedade civil é necessária para que o sistema funcione como um mecanismo fluído e permanente. Além disso, é necessário que estejam articulados e integrados, compartilhando responsabilidades e atuando com princípios e metas comuns. Todos os participantes do sistema que o compõem devem elaborar estratégias e ações que dialoguem com o cenário local (município, comunidade, centros de educação e assistência) e com a política nacional.

### O Sistema de Garantias e sua criação pelo CONANDA

O SGDCA é instituído pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, em face da verificação das dificuldades existentes em garantir de forma integral a proteção à criança e ao adolescente. Tem como objetivo a integração e a articulação entre o Estado, as famílias e a sociedade civil, para garantir e operacionalizar os direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil.

Os participantes diretos do SGDCA são: conselheiros tutelares, promotores e juizes das Varas da Infância e Juventude, defensores públicos, conselheiros de direitos da criança e adolescente, educadores sociais, profissionais que trabalham em entidades sociais e nos Centros de Referência da Assistência Social, policiais das delegacias especializadas e integrantes de entidades de defesa dos direitos humanos da criança e adolescente.



Disponível em: <https://eca-capacita.com.br/wp-content/uploads/2015/11/SISTEMA-DE-GARANTIA.jpg>

## Módulo 4: O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SGDC



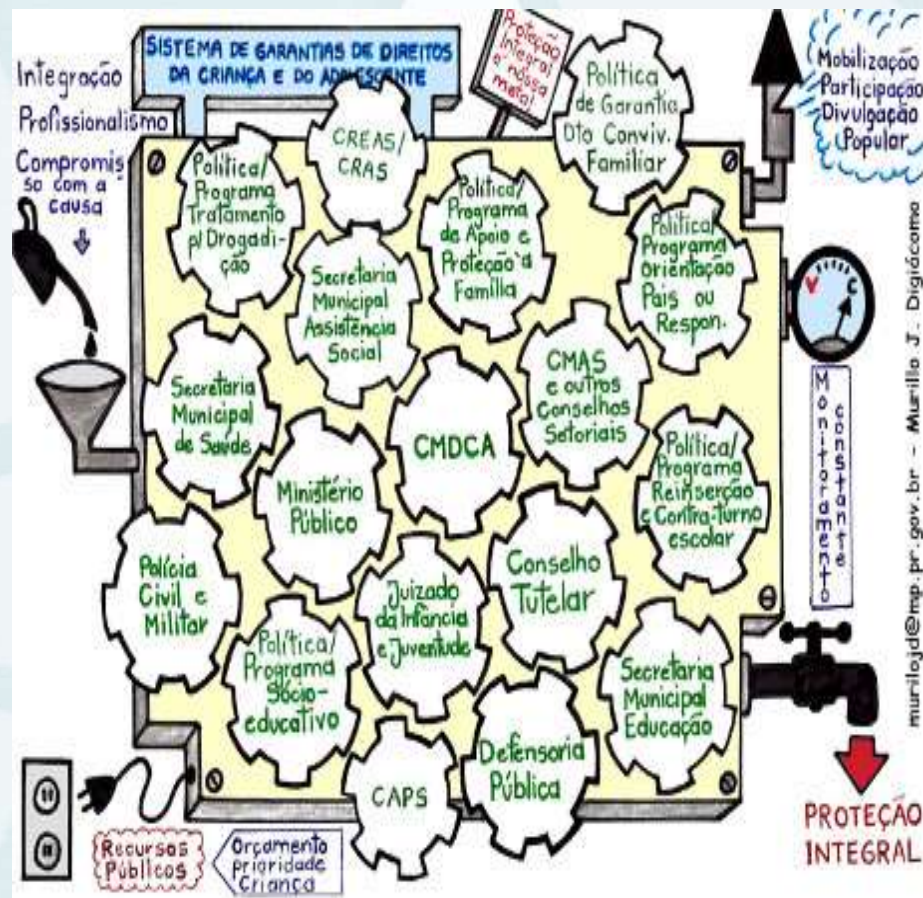
Disponível em: [https://1.bp.blogspot.com/-8z08kV9zSNU/WK8xf-uYcLI/AAAAAAAAAI1g/FVeupD9\\_CdYRw4\\_eFMfjeveYPIxaAPIDQCLcB/s1600/AMS\\_K\\_Resol180CONANDA.jpg](https://1.bp.blogspot.com/-8z08kV9zSNU/WK8xf-uYcLI/AAAAAAAAAI1g/FVeupD9_CdYRw4_eFMfjeveYPIxaAPIDQCLcB/s1600/AMS_K_Resol180CONANDA.jpg)

Diante da participação direta de vários órgãos, entidades, e profissionais de atuação direta e indireta, ocorreu a criação de três eixos estratégicos que compõem o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- O primeiro é o eixo da defesa, que tem como objetivo principal o acesso à Justiça, à proteção legal dos direitos de crianças e adolescentes, assegurando a exigibilidade, impositividade, responsabilização de direitos violados e responsabilização de possíveis violadores.

- O segundo é o eixo da promoção, que de uma forma transversal e intersetorial. É responsável por agir e transformar o que está previsto na lei em ações práticas.

- O terceiro eixo é o de Controle e Efetivação de Direitos, nesse caso, citamos os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos de Saúde, Educação e Assistência Social, que contribuem na formação de políticas públicas, para deliberar e veicular normas técnicas, resoluções, orientações, planos e projetos.



Disponível em: [https://lh3.googleusercontent.com/proxy/0VOQ1oE3MAZ2HVYMKL4SMLAp1DvniLgeu9sznhU2l3yymXZuEj-9Qieo47kVpoLn7gEKjZAd-SKBN3BPWHP0B806u9SiX02hDRhR\\_eO5S41KndYXWLGpPwPw1hrphXkrd4ZY2G\\_oc-KzygQo](https://lh3.googleusercontent.com/proxy/0VOQ1oE3MAZ2HVYMKL4SMLAp1DvniLgeu9sznhU2l3yymXZuEj-9Qieo47kVpoLn7gEKjZAd-SKBN3BPWHP0B806u9SiX02hDRhR_eO5S41KndYXWLGpPwPw1hrphXkrd4ZY2G_oc-KzygQo)



## Módulo 4: O SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - SGDCA

No terceiro eixo é realizada a monitoração, bem como a fiscalização das ações de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente. O controle não se torna exclusivo, pois também ocorre e é exercido por organizações da sociedade civil, sendo importante destacar o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público, Poder Legislativo, Defensorias Públicas, Conselhos Tutelares, sociedade civil, cidadãos e pelos Fóruns de discussão e controle social.

### Diagnósticos e reconhecimento

O primeiro diagnóstico retirado de forma geral da atuação dos principais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente demonstra motivos para celebrar, uma vez que o balanço positivo, leva em conta os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Índices de um avanço estratosférico no que consiste a institucionalização e aprimoramento dos mecanismos de exigibilidade de direitos das crianças e dos adolescentes, demonstrando uma rede complexa e bastante ampla no que consiste o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assim, o Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente recebeu o reconhecimento de diversos especialistas e entidades internacionais, como por exemplo a Organização das Nações Unidas – ONU, e do mundo acadêmico internacional, como sendo a maior intervenção sistêmica baseada nos direitos da criança e do adolescente existente no mundo.



Disponível em:

[https://lh3.googleusercontent.com/proxy/jaOpHrJEpk7NdKB7CMSYQ7S-7u2EBkeaHXR9cHkOqclUYNb0KcyqMpUdvkXrVhK6i4WQd0094UnEUIXQomJ0GSIDj-1HSF62\\_8S2Ry6o6kk-OH8zyXJoRl1pzXOOo7BqIFEX\\_R5-PIFEb6DRoUa\\_dTgtJweEGOaHRllvcRqYIEkEY4-aVi76](https://lh3.googleusercontent.com/proxy/jaOpHrJEpk7NdKB7CMSYQ7S-7u2EBkeaHXR9cHkOqclUYNb0KcyqMpUdvkXrVhK6i4WQd0094UnEUIXQomJ0GSIDj-1HSF62_8S2Ry6o6kk-OH8zyXJoRl1pzXOOo7BqIFEX_R5-PIFEb6DRoUa_dTgtJweEGOaHRllvcRqYIEkEY4-aVi76)

## Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA

O marco principal para as políticas públicas dos direitos da criança e do adolescente são enfatizadas com o Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990. Sua abrangência vai desde a efetiva proteção da criança e do adolescente, como pela definição das garantias e deveres em prol destes.

O presente módulo tratará de apresentar o Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como realizará um aprofundamento em determinados artigos e leis complementares que foram promulgadas posteriormente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, com objetivo de efetivar e reger políticas de ações. Haverá ainda a apresentação das principais características que envolvem a estrutura dos conselhos e a captação de verba para o desenvolvimento de políticas de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente.

### Lei n.º 8.069, de 13/07/90 - artigo 260



Disponível em: [https://i.gr-assets.com/images/S/compressed.photo.goodreads.com/books/1553550185/44591953.\\_SY475\\_.jpg](https://i.gr-assets.com/images/S/compressed.photo.goodreads.com/books/1553550185/44591953._SY475_.jpg)

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Art. 260. Os contribuintes poderão efetuar doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estaduais ou municipais, devidamente comprovadas, sendo essas integralmente deduzidas do imposto de renda, obedecidos os seguintes limites:

I - 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devido apurado pelas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real; e

II - 6% (seis por cento) do imposto sobre a renda apurado pelas pessoas físicas na Declaração de Ajuste Anual, observado o disposto no art. 22 da Lei n.º 9.532, de 10 de dezembro de 1997.

§ 1º - (Revogado pela Lei nº 9.532, de 1997)

§ 1º - A. Na definição das prioridades a serem atendidas com os recursos captados pelos fundos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente, serão consideradas as disposições do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e as do Plano Nacional pela Primeira Infância.

§ 2º Os conselhos nacional, estaduais e municipais dos direitos da criança e do adolescente fixarão critérios de utilização, por meio de planos de aplicação, das dotações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de crianças e adolescentes e para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica e em situações de calamidade.

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo.

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo.

## Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA

§ 5º O Observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, a dedução de que trata o inciso I do caput :

I - será considerada isoladamente, não se submetendo a limite em conjunto com outras deduções do imposto; e

II - não poderá ser computada como despesa operacional na apuração do lucro real.

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm))

### 4.5.2 Lei nº 8.242, de 12/10/91, art. 10

Altera a Lei 8.069/90

Art. 10. Os arts. 132, 139 e 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. Em cada Município haverá, no mínimo um Conselho Tutelar composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução.

.....

Art. 139. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público.

.....

Art. 260. Os contribuintes poderão deduzir do imposto devido, na declaração do Imposto sobre a Renda, o total das doações feitas aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente - nacional, estaduais ou municipais - devidamente comprovadas, obedecidos os limites estabelecidos em Decreto do Presidente da República.

§ 1º .....

§ 2º .....

§ 3º O Departamento da Receita Federal, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, regulamentará a comprovação das doações feitas aos fundos, nos termos deste artigo.

§ 4º O Ministério Público determinará em cada comarca a forma de fiscalização da aplicação, pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos incentivos fiscais referidos neste artigo."

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8242.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8242.htm))

### 4.5.3 Lei nº 9.250, de 26/12/95, art. 12

Estabelece limites para dedução do IR

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I - as contribuições feitas aos Fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional do Idoso;

II - as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III - os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV - (VETADO)

V - o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI - o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

VII - até o exercício de 2019, ano-calendário de 2018, a contribuição patronal paga à Previdência Social pelo empregador doméstico incidente sobre o valor da remuneração do empregado; e



## Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA

VIII - doações e patrocínios diretamente efetuados por pessoas físicas no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD, previamente aprovados pelo Ministério da Saúde.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

§ 2º (VETADO)

§ 3º - A dedução de que trata o inciso VII do caput deste artigo: I - está limitada:

a) a 1 (um) empregado doméstico por declaração, inclusive no caso da declaração em conjunto;

b) ao valor recolhido no ano-calendário a que se referir a declaração;

II - aplica-se somente ao modelo completo de Declaração de Ajuste Anual;

III - não poderá exceder:

a) ao valor da contribuição patronal calculada sobre 1 (um) salário mínimo mensal, sobre o 13º (décimo terceiro) salário e sobre a remuneração adicional de férias, referidos também a 1 (um) salário mínimo;

b) ao valor do imposto apurado na forma do art. 11 desta Lei, deduzidos os valores de que tratam os incisos I a III do caput deste artigo;

IV - fica condicionada à comprovação da regularidade do empregador doméstico perante o regime geral de previdência social quando se tratar de contribuinte individual.

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9250.htm))

### 4.5.4 Lei nº 9.532, de 10/12/97, art. 10, art 22

Trata do limite de dedução

Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III do art. 12 da Lei nº 9.250, de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9532.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9532.htm))

### 4.5.5 Instrução Normativa/SRF nº RFB nº 1.311 de 31/12/2012

Estabelece procedimentos a serem adotados pelas pessoas físicas.

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para fruição dos benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas nas doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas doações aos Fundos do Idoso, nos investimentos e patrocínios em obras audiovisuais, nas doações e patrocínios de projetos culturais, nas doações e patrocínios em projetos desportivos e paradesportivos e na contribuição patronal paga à Previdência Social incidente sobre a remuneração do empregado doméstico.

(<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?visao=anotado&idAto=39251>)

### 4.5.6 LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012

Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315,

## Módulo 5: LEGISLAÇÃO NACIONAL DE GESTÃO MISTA

de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm))

### 4.5.7 LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015).

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm))

### 4.5.8 Lei 13.204 de 14/12/2015

Define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil.

Altera a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, “que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de

mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999”; altera as Leis nº 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.790, de 23 de março de 1999, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 12.101, de 27 de novembro de 2009, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e revoga a Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935.

([http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm))

### 4.5.9 Dinâmica/atividade para a consolidação do conhecimento

O facilitador entregará trechos das leis para os participantes, divididos em quatro grupos. Eles trabalharão recortes destas leis e irão expor em seguida para o coletivo, apresentando as questões induzidas pelo facilitador, que ao final, fará um fechamento sobre a importância contida nestes documentos jurídicos.

## Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE

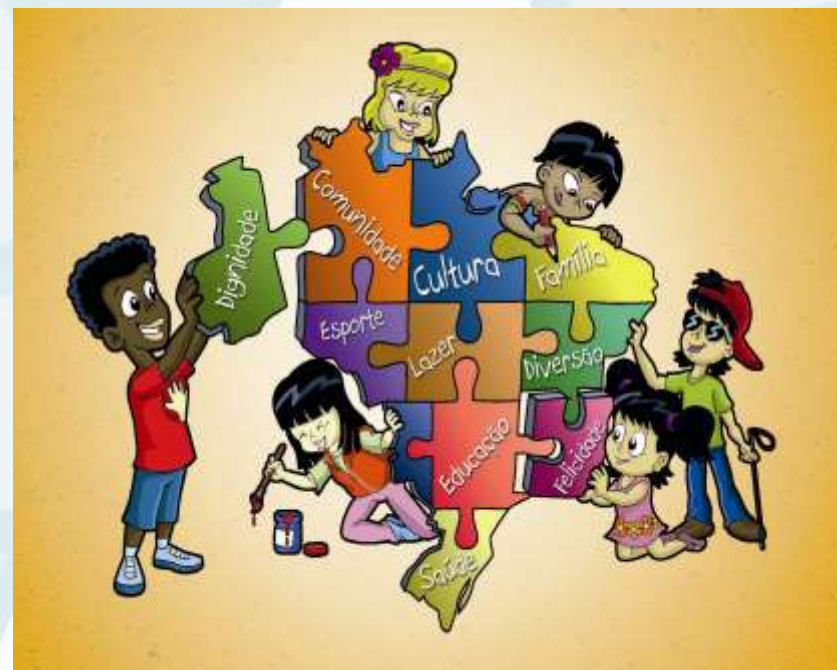
### Criança e Adolescente na Legislação brasileira

A criança e o adolescente (FIGURA 31) na Constituição Federal 1988 recebem a concepção de sujeito de direito, garantidora de direitos por parte do ente público e pela sociedade em um todo. Em 1990, pouco mais de 2 anos após a Constituição Federal 1988, ocorre a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA, que chegou para regulamentar as questões a favor da criança e do adolescente contidos na Constituição Federal 1988, e a promover inúmeras ações de proteção, promoção e políticas, no que se referem aos direitos da criança e adolescente. O ECA é notoriamente reconhecido como exemplo internacional de modelo legislativo.



Disponível em: <https://1.bp.blogspot.com/-a99vXXke-cs/XGSHsVllxCI/AAAAAAAAA5kE/gI-e0GH24honmijyB8KgZImM5ye3sT-TLwCLcBGAs/s1600/2320840.jpg>

Assim, a Constituição Federal (1988) e o ECA (1990) reconhecem a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e não mais como meros objetos de intervenção social e jurídica por parte da família, da sociedade e do Estado. A criança e o adolescente possuem o reconhecimento em caráter e condições especiais de desenvolvimento (FIGURA 32), detentores de todos os direitos que possuem os adultos e que sejam aplicáveis a cada fase e idade, pois, ainda não possuem capacidade de prover as necessidades básicas sem a existência de prejuízo do desenvolvimento pessoal, estrutural e cultural.



Disponível em: <https://www.leiaogazeta.com.br/wp-content/uploads/2020/01/cndca.jpg>



## Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE

### Concepção de Criança e Adolescente

Para a Organização Mundial de Saúde - OMS, a infância abrange desde o nascimento até os 10 anos de idade incompletos; e a fase da adolescência, dos 10 aos 20 anos. Portanto, a diferenciação entre os conceitos de criança e adolescente é baseada no critério da idade, não ocorrendo uma análise que leve em consideração os fatores psicológicos, cognitivos e sociais.

Fica então definido como criança a pessoa que tem até 12 anos incompletos, e o adolescente, o que se encontra na faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade. O legislador e a divisão atual proposta não levam também em consideração a evolução biológica do ser humano. Por esse motivo ocorrem inclusive variedades de limites etários que caracterizam as diversas fases do desenvolvimento em muitos países.

Não se pode deixar de destacar que a faixa etária seja quando criança, seja quando adolescente proposta em nosso ordenamento jurídico, quer caracterizar que ambas as faixas possuem peculiaridades e condições em desenvolvimento. Portanto, independente em qual etapa da vida se encontre o indivíduo, o respeito às políticas de proteção devem ocorrer de forma abrangente



Disponível em: [https://live.staticflickr.com/7447/10960730665\\_eb590ba60f\\_b.jpg](https://live.staticflickr.com/7447/10960730665_eb590ba60f_b.jpg)

## Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE

### Direitos Garantidos

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que seja dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público, assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) trata ainda, de forma bastante prioritária, a preferência no atendimento, na proteção e no socorro à criança e ao adolescente, em quaisquer modos ou circunstâncias, inclusive na formulação e execução das políticas sociais públicas e a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à criança e ao adolescente.

Essa proteção e garantia de preferencia ainda se aprofunda mais, quando verificado à disposição legal, que abre um leque de ações vinculadas. Entre elas, destaca-se que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.



Disponível em: <https://itsagirl.com.br/wp-content/uploads/2015/08/DDC.jpg>

Já no que consiste a questão relacionada a saúde pública, além de estabelecer a necessidade de tratamento prioritário, informa que o adolescente com deficiência receberá atendimento especializado, definido na obrigação do poder público de fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem de medicamentos, aparelhos, próteses e demais, outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação. Ainda estabelece que os locais de atendimento e promoção da saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral dos pais ou responsáveis, em casos de internação de criança ou adolescente para tratamento.



## Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE

Afirma-se que é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, além de garantir que toda criança ou adolescente tenha o direito de ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Cabe ainda aos pais o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, e agir no interesse destes, cumprindo e fazendo cumprir as determinações judiciais. A insuficiência de recursos, ou mesmo a incompleta estruturação de materiais, não configura a perda ou mesmo a suspensão do poder familiar.

No que consiste a família natural, esta é formada pelos pais ou qualquer um deles e seus descendentes. A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, sendo que sempre que possível, a criança ou adolescente deverá ser previamente ouvido e a sua opinião devidamente considerada.

Consoante ainda no que consiste a criança e o adolescente frente ao ECA (FIGURA 36), esses têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, sendo dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria, progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

É dever também, o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, e atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade, dentre outros na esfera educacional, inclusive com eventuais programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A lei estabelece que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino e os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, bem como os elevados níveis de repetência.

Em razão da extrema dificuldade do brasileiro em continuar a estudar, pela frequente demanda da família na sua contribuição com ganhos salariais para ajudar no sustento, é vedado qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Considerando ainda a forma de aprendizagem, formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. Nota-se ainda que as famílias de baixa renda das crianças e adolescentes têm acesso a programa governamental que possui o principal objetivo de manter a criança e o adolescente no ambiente escolar, sendo que para tal ação, os pais ou responsáveis recebem uma valor monetário do Estado.

Ainda no que consistem os direitos das crianças e dos adolescentes observa-se que esses tenham direito ao acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Àqueles que forem menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição quando acompanhadas dos pais ou responsáveis.

## Módulo 6: CRIANÇA E ADOLESCENTE

No mesmo diapasão, as emissoras de rádio e televisão somente exibirão, no horário recomendado para o público identificado pela presença de crianças e adolescentes, programas com finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas. Nenhum espetáculo será apresentado ou anunciado sem aviso de sua classificação, antes de sua transmissão, apresentação ou exibição.



Disponível em: <https://envolverde.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/ECA.jpg>

É ainda vedada a venda à criança ou ao adolescente de produtos prejudiciais a sua formação e educação, dado, por exemplo, armas, munições e explosivos, bebidas alcoólicas ou produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

Diante de uma determinação ampla de garantias, pode ocorrer a pergunta, mas por que proteger nossas crianças e adolescentes?

Inicialmente pode-se considerar que seriam eles o futuro da nação, ou mesmo o futuro de um mundo melhor. Porém, antes dessa percepção de futuro, é necessário vivenciar o hoje, garantir o hoje, para assim, se pensar no amanhã e no futuro.

A evolução a qual todos os seres humanos estão inseridos é constante. Porém, a infância e a adolescência são momentos onde ocorrem as maiores mudanças quanto ao desenvolvimento físico e emocional. A fase pré-escolar, que contempla a criança até os 6 (seis) anos de vida é caracterizada pela formação de várias áreas cerebrais, o que demanda por consequência, proteção e cuidados ainda maiores por parte de pais, responsáveis, sociedade e Estado, aqui tratando o Estado, como garantidor de todas as ações de proteção e promoção de políticas públicas .



Disponível em: <https://eca-capacita.com.br/videocapacita/wp-content/uploads/2017/10/Circulo-do-Sistema-de-Garantia.jpg>

## Módulo 7: CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS

Os conselhos municipais (que possuem a identificação também de conselhos de políticas públicas, conforme se demonstra no presente trabalho, é uma das ferramentas que possibilita também a sociedade civil e cada cidadão uma participação ativa no processo de criação de políticas públicas no Brasil. Triste é saber que a maioria da população nunca tenha ouvido falar desse tema, pois são pouco divulgados, ficando praticamente invisíveis para boa parte dos cidadãos.

A Constituição Federal 1988 garante e determina a criação e existência dos conselhos .

Os conselheiros e as conselheiras possuem grande valia na participação social, que é imprescindível para o exercício da cidadania, principalmente no que tange os direitos da criança e do adolescente. Visto que a sociedade civil possui um canal de aproximação com a esfera pública através dos conselheiros e das conselheiras, garante-se uma aproximação aos processos, ações e promoção das políticas públicas. Mesmo assim, ainda encontram-se muitas pessoas que tem a falsa sensação de incapacidade, literalmente de pés e mãos atados no que se referem às decisões dos poderes públicos.

Fato é que a participação social ocorre em âmbito federal, estadual e municipal, e representa uma evolução para o cidadão e para toda a sociedade. Muito importante que os conselheiros e os conselheiros sejam respeitados e que seja garantida a eles a efetiva participação direta nas políticas públicas.

Importante ainda ressaltar que da mesma maneira que os conselheiros e as conselheiras estão devidamente submetidos aos princípios da administração pública, isso devido sua característica de entidade que realiza ações e atividades de interesse público e com o patrimônio público, os conselheiros e as conselheiras possuem funções públicas.

Devem exercer suas funções com total responsabilidade ao praticar seus atos em consonância aos princípios da administração pública.

A resolução 105 do CONANDA, apresenta várias recomendações no que consiste o funcionamento dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA's e elenca alguns requisitos indispensáveis no que consiste o perfil dos conselheiros e das conselheiras dos conselhos dos direitos em todos os âmbitos (FIGURA 39), seja federal, estadual ou municipal.

Os requisitos contidos são:

- 1) Ter disponibilidade, tanto pessoal quanto institucional, para o exercício dessa função de relevância pública;
- 2) 2) Estar em exercício da função ou cargo que disponha de condições legais para tomada de decisão, bem como, ter acesso às informações referentes ao órgão que representa; e
- 3) 3) Possuir capacidade política e técnica em relação a: direitos humanos, políticas e programas de garantias de direitos e orçamento público.



Disponível em:

[https://lh3.googleusercontent.com/proxy/aNWBaRLs5G3kF3Sqf0U24VtyGsMWa2dx-pSqMWmFjucmKfy8E7BcZoywnay5NZajW\\_cudb5GztQqAbfVRRW9Xig8nT1nK2gdzDDPNeIhLq-HnKAHJG6WPW6d\\_A7Gd7oO5eVQofn3e-awZTFCo0gw9fR5ZpV-c\\_qq70ibLvF8v-8AwVCbmuXSyOgibn7s](https://lh3.googleusercontent.com/proxy/aNWBaRLs5G3kF3Sqf0U24VtyGsMWa2dx-pSqMWmFjucmKfy8E7BcZoywnay5NZajW_cudb5GztQqAbfVRRW9Xig8nT1nK2gdzDDPNeIhLq-HnKAHJG6WPW6d_A7Gd7oO5eVQofn3e-awZTFCo0gw9fR5ZpV-c_qq70ibLvF8v-8AwVCbmuXSyOgibn7s)



## Módulo 7: CONSELHEIROS E CONSELHEIRAS

Diante disso, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência para a gestão da coisa pública devem ser o norte da prática do conselheiro e da conselheira, reafirmando assim sua ética e moral. Portanto, cumprirá seu papel o conselheiro e a conselheira que tiver como guia os presentes princípios, aliado à aptidão.



Disponível em: <https://boazrios.blogspot.com/2015/08/capitulo-ii-gestao-social-e.html>

Importante ainda que os conselheiros e as conselheiras tenham habilidade de vistoriar e analisar os programas de atendimento à criança, ao adolescente e seu núcleo familiar, com ênfase nos casos que existam ocorrências de violação de direitos. Aliado a habilidade de comunicação, os conselheiros e as conselheiras devem sempre atualizar seus conhecimentos e realizarem um trabalho de pesquisa e investigação para garantir informações verídicas, evidenciando assim segurança nas informações repassadas e garantindo às vítimas sigilo e proteção.

Ainda tratando das habilidades do conselheiro e da conselheira, importante que tenha a destreza de mediar conflitos, para garantir lisura e um caráter acolhedor, ao mesmo tempo em que não rotulem ou exponham opiniões próprias, e que em nada irão contribuir para a defesa dos direitos e a efetiva mediação.

Portanto, os Conselhos dos Direitos, na pessoa de seus conselheiros e suas conselheiras são esferas de representação da sociedade civil e do governo na forma de definição, na deliberação e também no controle de ações e de políticas públicas que possam assegurar os direitos civis, políticos e econômicos, bem como os sociais e os culturais. Os conselheiros e as conselheiras, portanto, são membros que representam a coletividade e sua correlação com os demais órgãos e com os diversos segmentos governamentais. Devem ter capacidade técnica, desenvoltura e postura ética no que diz respeito às demandas oriundas, bem como destreza para manter o diálogo em face de ações, demandas e pautas que surgirem no conselho e nas ações promovidas.

## Módulo 8: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA

### História

Diante da criação e efetividade do orçamento participativo em algumas cidades, como por exemplo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Belém, algumas lideranças de associações ligadas a bairros começaram a interagir e participar de forma mais intensa do sistema político da sua localidade. Dessa forma, percebe-se uma mudança no direcionamento e foco da participação de meados dos anos oitenta a meados dos anos noventa do século XX.

A primeira metade da década de oitenta no Brasil foi marcada pela sociedade civil diretamente ligada à preocupação com a sua autonomia, a democratização das políticas públicas e o estabelecimento de maneiras e formas de controle público sobre o Estado, preocupações estas que inspiraram o marco analítico sobre a questão da autonomia.

Com a existência desse enorme trabalho de extensão e de participação de organizações da sociedade civil no interior do Estado, nas áreas de políticas públicas, o foco passava a ser como manter sua autonomia em relação ao Estado.

Conforme se extrai da leitura, no texto “Sociedade Civil e Participação Social” na década de setenta de AVRITZER, surge no Brasil, o que é chamado por ele de “sociedade civil autônoma e democrática”. Nos anos oitenta é ainda possível notar uma forma mais consolidada e robusta de associativismo, o que leva em direção à necessidade de Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA.



Disponível em:

<https://lh3.googleusercontent.com/proxy/zybYmeAa1tJC4ZulFH52qmSUnwADb1IfDc0KTg4DhSF5R0UxemOtDjwOndq2-8HvJUperVSzLGyWznMCpOh-0Uzt9L4TPy6XeI0c1HQUxrDu03wNZ4mGSrfrRH3sUJJfvUi5HvmuuntN0km3s5L0sH-PEIEfjplcC9GL9RMrcVCCyhDF>

## **Módulo 8: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**

### **Conceito**

O Conselho Municipal dos direitos da criança e do adolescente - CMDCA é um órgão paritário, composto por membros da Sociedade Civil e do Poder Executivo Municipal. É deliberador, formulador e controlador das políticas públicas voltadas para atendimento à criança e ao adolescente, criada pela Lei nº 4.231 de 29/11 de 1990.

Além de formulador das Políticas Públicas, é também atribuição do CMDCA manter o registro das entidades que atuam com crianças e adolescentes, bem como de seus programas e projetos, zelando para que esta ação seja realizada de acordo com o Estatuto da Criança e do adolescente.

O CMDCA funciona através das Assembleias regulares, abertas à participação pública ou através das Câmaras Técnicas que são Grupos de Trabalho que analisam os temas para posterior deliberação da plenária.

O CMDCA é um órgão previsto no Estatuto da Criança e Adolescente e criado pela lei Federal 8.069 de 13 de julho de 1990. Este tipo de conselho só se tornou possível a partir da Constituição Federativa do Brasil de 1988, que garantiu os direitos da criança e do adolescente, inovando com a introdução da participação do cidadão na formulação, implementação e controle social das políticas sociais, conforme já apresentado. Nesses termos, a Constituição prevê a participação da sociedade civil através de órgãos colegiados atuando juntamente com o Estado, o que lhe confere um status de Sociedade Civil Mista.

O CMDCA possui suas funções destinadas aos interesses da criança e do adolescente, na esfera das políticas sociais que os envolvam direta ou indiretamente. Segundo o artigo 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o Conselho é responsável por deliberar e controlar todas as decisões no âmbito infanto-juvenil, sobretudo as referentes às políticas sociais. Nesse sentido, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atua como gestor de políticas públicas.

O Estatuto de Criança e do Adolescente determina a criação do CMDCA em todos os municípios do país, sendo que a presença nos municípios já é uma prática bastante consolidada.

### **Estrutura**

A estrutura do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é formada por representantes da sociedade civil (50%) e por representantes do poder público (50%), constituindo-se em uma sociedade civil mista não estatal (FIGURA 42). Não há qualquer tipo de remuneração aos seus membros, como dispõe o artigo 89 do Estatuto da Criança e do Adolescente, sendo um órgão de interesse público, voltado para ações de políticas públicas e sociais de interesse da criança e adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente possui a autonomia para formular, defender direitos e promover políticas na esfera das ações públicas. Uma característica relevante do CMDCA é a possibilidade de normatização de parâmetros e definidores de diretrizes de políticas, na perspectiva da garantia dos direitos humanos.



## **Módulo 8: O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**

### **Como está na lei**

Conforme se extrai da Constituição Federal do Brasil de 1988, no seu capítulo VII, artigos 226 e 227, é papel do Estado ser formulador de políticas sociais na área da infância e juventude com o intuito de promover o pleno desenvolvimento social, físico e psicológico dos adolescentes e crianças. Além disso, fomentar e implementar ações para coibir e atuar contra a violência no âmbito familiar e social.

Nesse mesmo sentido o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu Livro II, artigo 87, capítulo III, propõe como linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente: a violação ou ameaça aos seus direitos, indiferente a motivação, quais sejam negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão, praticados por pais, responsáveis ou mesmo terceiras pessoas.

Assim, de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, é dever do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente instituir práticas democráticas que garantam a autonomia dos conselheiros através do diálogo plural e amplo, capaz de exercer funções e atribuições de natureza deliberativa, com propostas que beneficiem a criança e o adolescente.

Esse dever ainda abrange a necessidade de criação de condições em que ocorra a efetivação da participação e controle social, sendo O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA responsável em analisar e negar toda e qualquer postura autoritária por parte do poder público constituído, contribuindo para viabilização de políticas públicas.

O descaso e desprezo pela política, sempre foram e são, de uma forma geral, a ameaça à democracia brasileira, tendo raízes profundas em nossa trajetória histórica. Isso tem demonstrado a fragilização de todos os movimentos sociais de caráter emancipatório, necessitando urgentemente de ser enfrentada, com engajamento e participação de forma a cuidar da questão pública, garantindo efetivamente as funções descritas no ordenamento jurídico brasileiro.

Arelado à necessidade de proteção e produção de políticas públicas que envolvam o direito da criança e do adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, torna-se indispensável e de suma importância, havendo para tanto a necessidade de uma expressiva participação popular e da efetividade da democracia participativa.

## AVALIAÇÃO

**Por favor, responda às questões a seguir.**

**Sua participação será importante para a melhoria e aperfeiçoamento do curso.**

1 - Você é:

- ☐ ( ) Conselheiro
- ☐ ( ) Membro da sociedade civil
- ☐ ( ) Membro do estado
- ☐ ( ) Membro do mercado
- ☐ ( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

SOBRE O CURSO NO GERAL, QUANTO A(O):

2 - Clareza dos objetivos

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

3 - Conteúdo programático

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

4 - Adequação da carga horária ao conteúdo programático

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

5 - Equipamentos e material didático nas aulas

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

SOBRE O PROFESSOR DO CURSO, QUANTO A(O):

6 - Domínio do conteúdo programático

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

7 - Capacidade de exposição dos conhecimentos

- ☐ ( ) Muito bom
- ☐ ( ) Bom
- ☐ ( ) Ruim
- ☐ ( ) Muito ruim
- ☐ ( ) Não se aplica

## AVALIAÇÃO

8 - Preocupação com a aprendizagem

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

9 - Métodos didáticos empregados

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

10 - Cumprimento do programa proposto

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

11 - Presença (assiduidade)

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

12 - Pontualidade

- ☐ Muito bom
- ☐ Bom
- ☐ Ruim
- ☐ Muito ruim
- ☐ Não se aplica

SOBRE VOCÊ MESMO

13 - Seu interesse pelo curso foi:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

14 - Seu conhecimento anterior para acompanhá-lo era:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

15 - Seu aprendizado no curso foi:

- ☐ Muito grande
- ☐ Grande
- ☐ Pequeno
- ☐ Muito pequeno

## AVALIAÇÃO

16 - Grau de dificuldade que sentiu no curso:

- ( ) Muito grande  
( ) Grande  
( ) Pequeno  
( ) Muito pequeno

## QUESTÕES GERAIS

17 - O curso motiva a procura de novos conhecimentos?

- ( ) Sim  
( ) Não

18 - O curso fornece conhecimentos relevantes para a sua formação e atuação?

- ( ) Sim  
( ) Não

19 - Você recomendaria a um(a) colega fazer este curso?

- ( ) Sim  
( ) Não

## SUGESTÕES:

[illegible]

## CONCLUSÃO

Nessa proposta de curso foi evidenciada a sociedade civil, as políticas públicas, a participação social e a democracia participativa, no âmbito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Demonstrou também que os movimentos sociais e a sociedade civil tiveram mudanças radicais na década de 1980, que foram pautadas na participação ativa e no fortalecimento na mobilização civil. Esses fatos foram responsáveis pela conquista de novos direitos sociais, resultando em uma redemocratização baseada nos direitos do cidadão e na proteção do direito à participação social.

Dessa movimentação, das novas políticas sociais e dos novos movimentos sociais, surgiu o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente, que atua como forma garantidora da inclusão de direitos e participação popular no que consiste o tema criança e adolescente.

A participação da sociedade civil, dos movimentos sociais e posteriormente a criação dos Conselhos, foram formas de garantir a abertura política e cultural de participação da população nas decisões públicas; e importantes para a descentralização do Estado no sentido governamental.

Garantir a participação dos movimentos sociais e da sociedade em um todo de forma eficaz é elemento indispensável para a democracia, sendo a engrenagem para o combate e erradicação das desigualdades sociais, culturais e políticas.

Indiscutivelmente, o avanço da participação da sociedade civil no processo de gestão das políticas públicas, o poder deliberativo dos conselhos e o controle exercido de forma popular sobre esse processo, significam um avanço em termos de conquistas de participação da sociedade de forma democrática.



## BIBLIOGRAFIA

ABERS, R. N. e KECK, M. "Muddy Waters: Decentralization, Coordination and Power Struggle in the Brazilian Water Management Reform". *International Journal of Regional and Urban reform*. Vol. 30, number 3, 2006.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latinoamericanos: novas leituras*. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

AMPOS, Luiz Augusto & FERES, João. *Ação Afirmativa, Comunitarismo e Multiculturalismo. Relações necessárias ou contingentes*. RBCS, Vol. 29, nº84, fev./2014.

ARATO, A. "Civil Society vs. the State: Poland 1980-81", *Telos*, nº 47, Spring, 1981.

ABERS, R. N. e KECK, M. "Muddy Waters: Decentralization, Coordination and Power Struggle in the Brazilian Water Management Reform". *International Journal of Regional and Urban reform*. Vol. 30, number 3, 2006.

ARATO, Andrew. (2000), *Civil Society, Constitution and Legitimacy*. New York, Rowman and Littlefield Publishers.

ARRETCHE, M. *Relações Federativas na Política Sociais*. Educ. Soc., Campinas, v. 23, n. 80, p. 25- 48, set./2002.

AVRITZER, Leonardo. (1993), *Modernity and Democracy in Brazil: an Interpretation of the Brazilian Path of Modernization*. Tese de doutorado. New School for Social Research, Nova York.

AVRITZER, Leonardo. 1996. *A moralidade da democracia*. São Paulo, Perspectiva/UFMG.

\_\_\_\_\_. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Wilson Press/John Hopkins University Press, 2008

AVRITZER, L. ZANDER, N. *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo (org.) *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2010.

AVRITZER, Leonardo (org.) *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. *O Orçamento Participativo e a teoria democrática: um balance crítico*. In.: AVRITZER, L.; NAVARROA, Zander (orgs.) *A inovação democrática no Brasil*. São Paulo. Cortez, 2003.

AVRITZER, Leonardo. *Um desenho institucional para o novo associativismo*. Lua Nova, nº 39. 1997.

BARRENECHEA, Beatriz Gómez. *Murejes indígenas latino-americanas: procesos organizativos y gestación de demandas ciudadanas*. In: LACHENAL, Cécile & PIRKER, Kristina. *Movimientos sociales, derechos y nuevas ciudadanías en América Latina*. Mexico, Editora Gesida, 2012.

## BIBLIOGRAFIA

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BENEVIDES, M. V. Educação em direitos humanos: de que se trata?. 2000. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/convenit6/victoria.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. São Paulo, 18 de fevereiro, 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. «Políticas Sociais São Eficazes Para Enfrentar as Crises». [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Consultado em 22 de junho de 2018.

CARVALHO, A. M. Políticas sociais: afinal do que se trata? Agenda Social. v.1, n.3, set-dez/2007, p. 73-86, ISSN 1981-9862 75.

CEJA, Concepción M. “La política social mexicana de cara a La pobreza”. Geo Crítica SCRIPTA NOVA, Revista eletrônica de geografia y ciências sociais, Universidad de Barcelona, VOL III, num. 176, noviembre de 2004, p. 48-49.

COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew. (1992), *Civil Society and Political Theory*. Cambridge, Mass., MIT Press.

COHN, Amélia (14 de outubro de 2009). «POLÍTICAS SOCIAIS E POBREZA NO BRASIL». Planejamento e Políticas Públicas.

COSTA, Sérgio. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB), São Paulo, no 43, p. 3-26, 1997. Acessado em 13/11/2019.

\_\_\_\_\_. Esfera pública redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil: uma abordagem tentativa. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, no 38, p. 38-52, 1994. Acessado em 05/10/2019.

COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais**. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1997, vol.12, n.35, pp.-. ISSN 0102-6909.

## BIBLIOGRAFIA

DAGNINO, E., *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J. and PANFICHI, A. (eds.). *A Disputa pela construção democrática na América Latina*. S. Paulo: Paz e Terra, 501pp, 2006.

Draibe, S. and M. Riesco (2006). "Estado de bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea." *Cadernos NEPP UNICAMP*(77).

DRAIBE, Sônia Miriam. A política social na América Latina: o que ensinam as experiências recentes de reforma? In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio (Org.) *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: Ed. UnB; Enap, 1997

FILGUEIRAS, Fernando. *Estado, Multiculturalismo e reconhecimento*. Belo Horizonte, 2009.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória, *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Maria da Glória, *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 10. Ed. São Paulo: Loyola, 2012.

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens Teóricas no Estudo dos Movimentos Sociais na América Latina*. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

Habermas, J. (1995). Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova - Revista de Cultura e Política*, 36, 39-53

Keane, J. (1988) *Democracy and Civil Society*. Verso, London.

KEANE, J. *Civil society and the State*. London: Verso, 1988a.

\_\_\_\_\_. *Civil society and democracy*. London: Verso, 1988b.

\_\_\_\_\_. *Civil Society : Old Images, New Visions*, Stanford: Stanford University Press, 1998.

KYMLICKA, Will. *Cidadania Multicultural. Uma teoria liberal dos direitos da Minoria*. Barcelona, editora Paidós, 1996.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Experiências nacionais de participação social*. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)



## BIBLIOGRAFIA

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. *Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a experiência do orçamento participativo de Porto Alegre* / Lígia Helena Hahn Lüchmann. Campinas, SP: (s. n.), 2002. Orientador: Rachel Meneguello. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

MAINGÓN, Thais. Las políticas sociales: discusión teórica, conceptual y metodológica, Caracas, Venezuela: Cuadernos Del Cendes Nº 19, enero/abril 1992.

MORONI, José A.(2009). O direito à participação no governo Lula. In Avritzer, Leonardo (2009). Experiências nacionais de participação social. São Paulo: Cortez.

PAOLI, Maria Celia. As Ciências Sociais, Os Movimentos Sociais e a questão de gênero. Novos Estudos Cebrap, nº 31, outubro/1991.

Pelczynski, A.Z.; 1984; "The Significance of Hegel's separation of the state and civil society" pp1-13 em Pelczynski, A.Z. (ed.), The State and Civil Society; Cambridge University Press,1984

PUTNAM, Robert D. Comunidade e sociedade: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REIS, Elisa. Desigualdade e solidariedade: uma releitura do "familismo amorar" de Banfield. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, no 29, p. 35-48, 1995.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do Contrato Social e Ensaio sobre a origem das línguas (Os Pensadores, vol. 1). Trad. de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Nova Cultural, 1997.SADER, E. Quando Novos Personagens Entraram em Cena. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Scherer-Warren, Ilse. 2000. Cidadania e multiculturalismo: a teoria social no Brasil contemporâneo. vol. 1. Lisboa/Florianópolis: Socius/Edufisc. 2002 pp.

SILVA, A. A. "A luta pelos direitos urbanos: novas representações de cidade e cidadania". *Espaço & Debates*. São Paulo: v. 10, n. 30, p. 28-41, 1990.

## BIBLIOGRAFIA

SILVEIRA, Ricardo J. O significado da participação no poder local. In: Revista Cultura. Rio de Janeiro: Vozes, n. 5, 1994.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático In: SANTOS, B. S. (Org.). Democratizar a democracia, os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.

Celina Souza. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias. Ano 8, n.º 16, Porto Alegre, jul. \u2013 dez./2006.

TATAGIBA, L. 2002. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In : DAGNINO, E. (org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo : Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 2004. A institucionalização da participação : os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In : AVRITZER, L. (org.). *A participação em São Paulo*. São Paulo : UNESP.



dimastadeu.adv@gmail.com